

CÚPULA DAS AMÉRICAS

Falando grosso com os EUA

Na reunião de Monterrey, Bush encontra uma América Latina que se volta para a esquerda

A Cúpula Extraordinária das Américas, realizada em Monterrey, México, em 12 e 13 de janeiro, expôs — mais uma vez — a resistência ao imperialismo norte-americano, que cresce na América Latina. Ali estavam reunidos os chefes de Estado de 34 dos 36 países da região (apenas Guatemala e El Salvador não compareceram).

A reunião, convocada extraordinariamente pelo governo canadense devido justamente ao dissenso crescente entre os latino-americanos e os EUA, ocorreu sob a constatação, pela imprensa e institutos de pesquisa dos EUA, das dificuldades que o governo Bush encontra para impor sua pauta. Segundo o jornal *Los Angeles Times*, na Cúpula das Américas o presidente norte-americano se defrontaria com “uma liderança continental que deu uma guinada à esquerda e começou a falar grosso com os EUA, enquanto os povos da região perdem a fé no livre comércio”. Uma situação refletida por pesquisas de opinião recentes, segundo as quais 87% dos formadores de opinião latino-americanos tem avaliação negativa sobre Bush, enquanto entre o povo da região a aprovação aos EUA caiu de 67% para 53%.

A tradução concreta destes dados marchou pelas ruas de Monterrey, em manifestações contra a Alca e contra o imperialismo norte-americano. Mais de 70 organizações da sociedade civil organizaram atos de protesto e um Encontro Extraordinário das Américas paralelo, para apoiar ações de governo pelo desenvolvimento com igualdade. E teve uma expressão diplomática nos salões onde as reuniões ocorreram, protegidos pela cerca erguida pelos organizadores e pela polícia que ocupou as ruas da cidade.



A resistência ao imperialismo tomou as ruas de Monterrey

A oposição entre Brasil e EUA foi a marca do encontro. Em seu discurso, Bush expôs sua pauta: falou de terrorismo, instabilidade política e social na Bolívia e na Venezuela, a expulsão da OEA de países com governos corruptos e fez uma violenta diatribe contra Cuba. Mas o essencial era reafirmar janeiro de 2005 como data final para o acordo da Alca. O Brasil, por sua vez, era contra qualquer menção à Alca, e Lula insistiu, em seu discurso, em idéias que são verdadeiras heresias para os adoradores neoliberais da livre ação do mercado. “Chegou a hora”, disse Lula, “de

resgatar e afirmar de uma vez por todas a primazia do interesse coletivo e da coisa pública nas Américas. Cabe ao Estado traçar políticas para reduzir o fosso entre a opulência e a miséria”, disse. E, em encontro privado com Bush, Lula tocou em um ponto hoje sensível na relação entre as duas potências regionais: a questão do tratamento dos turistas que visitam os dois países. Em reciprocidade ao tratamento dado aos brasileiros que visitam os EUA, o governo brasileiro adotou o fichamento dos norte-americanos que desembarcam no Brasil. Para resolver o problema, Lula pro-

pôs a Bush a eliminação de exigência do visto para viagens entre os dois países.

A declaração final da reunião, divulgada no dia 13, resultou de intensas negociações, e assinala um meio caminho entre as pretensões norte-americanas e as reivindicações dos países da região, representadas pela proposta brasileira. O essencial, para os EUA, era reafirmar, na declaração de Nuevo León (estado mexicano cuja capital é Monterrey), a data de janeiro de 2005 como data final para a conclusão das negociações sobre a Alca. Conseguiram apenas emplacar uma citação, sem registro de prazo, sobre a Alca.

EDITORIAL

Não há mudança sem luta

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, das forças populares e progressistas do Brasil, começa seu segundo ano sob a exigência reforçada de colocar o país num novo rumo de desenvolvimento. E se, de um lado, há a impaciência de alguns setores que querem uma mudança abrupta; de outro há aqueles que, animados por uma certa melhora de perspectiva derivada de uma política econômica ainda ortodoxa, tendem a acomodar-se a ela.

Tanto a pressa voluntarista quanto a acomodação conservadora são caminhos que não correspondem à necessidade de mudanças nem refletem a situação real do país, nem do governo, que tem sido um governo democrático marcado pela disputa

entre os setores mudancistas e os defensores da continuidade.

Mudança, compromisso maior da campanha eleitoral de 2002, significa troca de modelo de desenvolvimento, significa deixar para trás os dogmas neoliberais e seu cortejo de prejuízos para os trabalhadores e benesses para os privilegiados e aviltamento da soberania nacional. E que precisa ser superado por um rumo de desenvolvimento que contemple as necessidades do país e seu povo, com valorização do trabalho e com justiça social.

Não há mudança sem luta, é preciso enfatizar. A formulação e adoção de um modelo soberano de desenvolvimento não é apenas uma questão técnica ou administrativa. Ela é essencialmente política, e exige a

alteração da correlação de forças no quadro político brasileiro. Desde o Congresso, com a consolidação de uma ampla coalizão parlamentar, até o fortalecimento do movimento popular. Em 2003, com a criação da Coordenação dos Movimentos Sociais, ele já começou a desempenhar esse papel. Mas, em 2004, é preciso um avanço maior na mobilização das massas para impulsionar as mudanças.

As massas percorrem seus próprios caminhos, aprendendo com a experiência vivida até chegar à consciência da importância de seu protagonismo. Os comunistas têm consciência de seu papel e se empenham, juntamente com as demais forças democráticas, avançadas e progressistas, nessa mobilização.

Governo Lula é o caminho da mudança

Renato Rabelo avalia a situação política e indica as tarefas dos comunistas

Página 3

Movimento comunista

Partidos comunistas de 16 países reúnem-se no Chile e defendem a unidade do movimento

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

PCdoB

CARTAS

Intensificar a luta pela consolidação da perspectiva mudancista do governo Lula

A Resolução Política aprovada pela 8ª reunião do Comitê Central, realizada em dezembro de 2003, reafirma a política da 9ª Conferência do Partido, de apoio ao governo Lula no rumo das mudanças, e sinaliza a política de alianças na eleição municipal deste ano

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, tendo em vista o debate político feito em sua 8ª reunião acerca da avaliação do transcurso de um ano do governo Lula e das perspectivas para 2004, resolve adotar a seguinte resolução:

1 - Reafirmar as decisões da 9ª Conferência Nacional do Partido de lutar pelo êxito do governo Lula na consecução de um projeto democrático, nacional-desenvolvimentista, no qual o Estado tenha um protagonismo insubstituível para promover o contínuo desenvolvimento econômico, criando as condições básicas para a ampliação do mercado interno e para a geração de empregos e valorização do trabalho. Assim, o Partido reitera o apoio e a participação no governo, assumindo parcelas da responsabilidade sobre seu destino, atuando de forma construtiva e também crítica;

2 - Vencida a etapa inicial da vida do governo e da formulação da tática geral comunista, o esforço de elaboração, político prático e de luta de idéias do Partido deve voltar-se para uma tarefa de maior fôlego, estratégica, de consolidação da perspectiva mudancista do governo Lula. Isto significa aprofundar a nova política externa independente e de afirmação da soberania nacional; dar consequência real à política de desenvolvimento, compatibilizando estas orientações com a adoção de outra política macroeconômica, de forma a destravar os investimentos necessários a uma retomada sustentável do crescimento econômico;

3 - Para tanto é necessário aliar as condições de governabilidade à consolidação das forças mudancistas do governo, o que implica na busca do contínuo fortalecimento do núcleo de esquerda; aglutinando o centro e neutralizando outros setores, em ir aprofundando os compromissos com os trabalhadores, setores médios e representativos do capital produtivo. Faz-se necessário acentuar a crítica às orientações de setores conservadores dentro e fora do governo;

4 - O Partido se baterá, em 2004, por uma nova agenda, voltada para a retomada do desenvolvimento-já, com soberania e mais democracia. Todo este esforço tem por objetivo propiciar ao povo acesso ao trabalho, renda, terra e teto. Isto poderá se traduzir nas seguintes consignas:

- Apoio às iniciativas de afirmação da soberania e dos interesses nacionais na política externa: nas negociações da Alca, em particular, contra o projeto apresentado pelos EUA;

contra a renovação de um acordo com o FMI que contenha cláusulas restritivas à retomada do desenvolvimento; pela integração soberana da América do Sul;

- Aumento imediato e real do salário mínimo;

- Pela garantia do poder de compra dos assalariados em face da inflação;

- Reforma agrária efetiva;

- Defesa da universalidade das políticas públicas como saúde, educação, saneamento e outras;

- Reforma democrática do sistema judiciário;

- Reforma política que amplie as liberdades, fortaleça os partidos políticos e aumente a representatividade popular;

- Reforma do sistema financeiro de forma a ampliar e baratear o crédito à população e às empresas, aumentando o controle público sobre o sistema financeiro estatal, particularmente sobre o Banco Central do Brasil;

- Recomposição da capacidade de financiamento público do país e implementação de um plano de investimentos, dentro da estratégia do PPA (infraestrutura, habitação popular etc.), sob coordenação direta da presidência da República;

- Modificações no Orçamento visando a diminuição da meta de superávit primário e ampliação dos investimentos públicos;

- Medidas efetivas de diminuição da taxa de juros reais e de redução da dívida pública interna e externa, administração do câmbio de modo a possibilitar um bom desempenho da balança comercial, recomposição contínua das reservas internacionais, controle seletivo do fluxo de capitais com o exterior de forma a evitar as atividades especulativas;

- Reforma urbana baseada nas resoluções da Conferência das Cidades;

5 - O movimento popular deve ser objeto da atenção permanente do Partido, pois, com sua autonomia respeitada e com nível de politização mais elevado, poderá ser elemento essencial no desenlace progressista nos rumos do país. Para isso devem ir se somando iniciativas para galvanizar amplamente a opinião nacional na defesa do desenvolvimento, da soberania, da democracia e dos interesses dos trabalhadores;

6 - Quanto às eleições municipais de 2004, o Partido Comunista buscará alcançar expressivas vitórias, assim como das demais forças de sustentação do governo Lula, por entender que isso poderá impulsionar as mudanças. Lutará também para triplicar sua representação nas câmaras de vereadores, particularmente nos maiores centros urbanos do país, assim como pleiteará encabeçar ou compor chapas majoritárias onde seus candidatos tenham competitividade e possam ser fator de unidade das forças progressistas. Para isso, o PCdoB procurará concertar alianças com os partidos da base de sustentação do governo Lula, em especial com o Partido dos Trabalhadores;

7 - Quanto à construção partidária, o Comitê Central e demais organismos dirigentes deverão buscar desenvolver efetivos esforços no sentido de elevar o nível de sua estruturação, particularmente quanto à formação teórica e ideológica dos milhares novos aderentes que têm afluído ao Partido, para que eles possam desenvolver suas consciências quanto aos princípios, ao programa e à política do PCdoB.

São Paulo, 14 de dezembro de 2003

Comitê Central do Partido Comunista do Brasil

AGENDA

Janeiro

15 a 21

Fórum Social Mundial - Mumbai - Índia

16

Primeira reunião da Comissão Política Estadual do PCdoB-SP - Comitê Estadual - SP

23

22ª Reunião da Comissão Política do Comitê Central

26 a 31

Encontro Hemisférico contra a ALCA -

Havana - Cuba

29/01 a 03/02

Curso Nacional da UJS - Instituto Acampare - Serra da Cantareira - SP

Fevereiro

3 a 5

Curso e Ativo Nacional de Comunicação - Instituto Cajamar - SP

6 a 14

Curso Nacional de Formação - Instituto Cajamar - SP

Recebemos, e agradecemos, mensagens de fim de ano das seguintes personalidades e entidades:

Alcides Amazonas (vereador PCdoB-São Paulo-SP); Alcides G. R. Prates (Embaixador do Brasil no Vietnã); Alice Portugal (Deputada federal do PCdoB-BA); Álvaro Cunhal (Partido Comunista de Portugal); Amauri Jacintho Baragatti (Cônsul geral de El Salvador); Antonio Lopes (Lisboa-Portugal); Castro Meira (Ministro do Supremo Tribunal de Justiça); Celso Sansiviero (Presidente da Coopespoor); Christian Krambeck; Claudio Wagner da Silva; Daniel Almeida (deputado estadual PCdoB-BA); Daniel Dias; Diretoria executiva da Assoc. Nac. dos Servidores da Previdência Social; Dr. Gilson dos Santos (deputado estadual PT-SP); FARC-EP; Fausto Sorini (Partido da Refundação Comunista, Itália); Federação Mundial da Juventude Democrática; Fernando Pires; Francisco Freitas; Frente Democrática para a Libertação da Palestina; Frente Nacional Democrática das Filipinas; Fundação Rodney Arismendi; Gilmar Santiago (vereador e líder do PT-Salvador-BA); Gustavo Espinoza M. (Colectivo de Dirección de Nuestra Bandera); Internmídia; Jair Franco Lima Gomes (Presidente da Termobahia); Jandira Feghali (Deputada Federal do PCdoB-RJ); Jô Moraes (deputada estadual PCdoB-MG); José Angelo P. Zoldan; June Maria Zuanazzi; Juventude Comunista Colombiana; Livraria Cultura; Luis Teobaldo da Silva; Marco Roza; Maria Antonia Ramos Lara (Conselheira da Embaixada de Cuba); Maria Helena Mazzaferro Bronca; Mário Cesar; Miguel Jorge (Vice-presidente do Banespa); Myong Chol (primeiro secretário da embaixada da República Popular Democrática de Coreia no Peru); Nádia Campeão (Secretária de Esportes de São Paulo-SP); Ng Van Huynh (Embaixador do Vietnã); *O Litoral*; Olívia Santana (Vereadora do PCdoB-Salvador-BA); Osmar Almeida Júnior (Vice-governador do Piauí); Partido do Trabalho da Turquia-EMEP; Partido dos Comunistas Italianos; Partido Popular Socialista do México; Partido Socialista do Trabalho da Romênia; Partido Tudê do Iran; Paulo Nogueira Batista Jr.; PC Colombiano; PC da Federação da Rússia; PC da Grécia; PC da Holanda; PC da Jordânia; PC da Noruega; PC da Turquia-TKP; PC de Bangladesh; PC de Israel; PC do Canadá; PC do Canadá-ML; PC do Chile; PC do Peru - Pátria Roja; PC do Uruguai; PC dos Estados Unidos; PC dos Povos da Espanha; PC Peruano; PC Português; PC Russo; PC Sul-africano; PCdoB e UJS - Ponta Grossa-PR; PCdoB-PE; PCdoB-São Bernardo-SP; Ramon Fonseca (presidente da UEE-MG); Renan Morales; Revista Tricontinental; Richardson Pontone; Rogério Expedito (Secretário de Comunicação da CUT-MG); Ruiz Pereyra Faget (Uruguai); Sebastião Geraldo Cardozo (Fed. Bancários da CUT-SP); Secretaria Relações Internac. do PT; Sento Sé; Sérgio Rigamonti (PCdoB-Cabreúva-SP); Shen Qing (Ministério da Cultura da China); Shine Informática; Sintrahtur; Sven Forthaus; Sylvio Silva; Tático (Deputado Federal do PSD-GO); Tribuna Democrática Progressista do Reino de Bahrain; União Brasileira de Mulheres; Vagner Freitas de Moraes (Presidente da Conf. Nac. Trab. Inst. Financeiras CNB/CUT); Vanda Pignato; William Francisco de Oliveira (PCdoB-Itapua-BA).

EMPRESA JORNALÍSTICA FUNDADA EM 1925

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

A Classe Operária



Jornalista responsável Pedro de Oliveira (MTB 9813SP) Edição - José Carlos Ruy - Carlos Pompe

Edvar Bonotto - Remy Feres - Diagramação - Marco Godoy -

Administração - Fundação de Cultura e Trabalho

Alameda Sarutaiá 185 - Jardim Paulista - São Paulo - SP - CEP 01403-010 Tel 11-3054 1800

classe@pcdob.org.br - www.vermelho.org.br/classe

PCdoB

Governo Lula é o caminho da mudança

Presidente do PCdoB avalia a situação política mundial e brasileira e indica as tarefas dos comunistas

CARLOS POMPE

Durante 2003, a política militarista e unipolar dos Estados Unidos ameaçaram a paz mundial e a segurança dos povos, mas cresceu a luta pela paz e pela soberania e por um mundo multipolar. A avaliação foi feita por Renato Rabelo, presidente do PCdoB, na 8ª Reunião Ordinária do Comitê Central, de 12 a 14 de dezembro de 2003, em São Paulo. Para ele, no Iraque “os EUA ganharam a guerra e não conseguem construir a paz”. Há uma tendência de isolamento internacional dos EUA, produzindo importantes fissuras no seu sistema de alianças.

O líder comunista salientou o agravamento das “contradições no campo interimperialista. Sobretudo, aumentam os contrastes e desacordos com os países em vias de desenvolvimento e grandes países com poderio nuclear, que aspiram à paz e a uma ordem mundial mais justa”. Lembrou o amplo movimento pela paz, envolvendo centenas de milhões de pessoas em 15 de fevereiro e 15 de março. “Apesar desse movimento não chegar a impedir a guerra e ter sua fase de refluxo, foram lançadas as bases contra os desígnios guerreiros imperialistas”.

No campo econômico, há uma recessão sincrônica nos três centros do capitalismo mundial — Estados Unidos, Japão e União Européia —, “prevendo-se certa tendência de retomada, sobretudo nos Estados Unidos. A Ásia foi se constituindo no pólo mais dinâmico do desenvolvimento econômico mundial. Pode-se dizer, também, que surgem mostras de um certo esgotamento do ‘esquema geral’ de equilíbrio econômico mundial, assentado em grandes volumes de importação de mercadorias pelos Estados Unidos”, considera Renato. “Em geral, persiste a tendência à instabilidade e incertezas no plano econômico mundial; não se modifica em grande parte o quadro de vulnerabilidade externa dos países dependentes e aumenta o fosso econômico que os separa dos países capitalistas dominantes”.

O governo Lula alcança certa estabilização política, paralisa a crise financeira, o país vai recobrando sua soberania, mas ainda há dualidade no caminho a seguir. O Brasil viveu o primeiro ano do governo Lula, com uma herança econômica e social terrivelmente amarga. As novas forças, por não serem majoritárias no Congresso Nacional e também entre os governadores estaduais eleitos, tiveram que alargar a coalizão política com outras tendências interessadas em apoiar o novo governo, sob a hegemonia do PT, para criar condições de governabilidade. “O novo governo instituído assumiu um caráter democrático, procurando constituir diversos fóruns de consulta à sociedade, participando o próprio presidente da República de eventos do movimento social, reafirmando seu compromisso com a mudança, congregando no seio do governo todas as forças de esquerda e renovadoras do país. Resultante do quadro de forças pós-constituição do governo, do seu duplo compromisso original, da sua composição diversificada, vieram se impondo dois processos de sentido contraditório: de um lado, o governo assumiu a defesa e a aplicação de uma política externa que, do ponto de vista diplomático, econômico e comercial, signifi-



Renato: “Formar e estruturar a leva de milhares de aderentes que ingressaram no Partido”

cou a afirmação da soberania nacional; paralisou o processo privatista, transformou o BNDES em banco para o desenvolvimento, adotando uma política baseada em pesados investimentos em infraestrutura; o PPA coloca o Estado como insubstituível no planejamento estratégico e condução do desenvolvimento. Além disso, entre os diversos setores do governo se tenta estabelecer um plano energético para o desenvolvimento com importante papel estatal, procura-se definir um plano massivo e sustentável de reforma agrária, recompõem-se as superintendências de desenvolvimento regional (Sudene e Sudam), investe-se em tecnologias sensíveis, apresenta-se uma lei avançada de biossegurança. Por outro lado, o governo foi levado a manter a política macroeconômica ortodoxa, baseada exclusivamente nas metas de inflação e fiscais, para restaurar a confiança ameaçada do mercado financeiro internacional, cumprir o acordo estabelecido com o FMI e estabilizar a economia, se dedicando ao corte dos gastos públicos, elevando mais ainda o superávit primário e os juros básicos”.

Prevaleceu, no plano interno, a política de pesado ajuste fiscal e juros altos. O investimento público e privado caiu para menos de 18% do PIB (o menor dos últimos anos), a taxa de desemprego atingiu níveis alarmantes, próximos de 13% nas seis regiões metropolitanas mais importantes do país e se previa o nível de variação do PIB deste ano em torno de zero. O governo decidiu renovar o acordo com o FMI nos moldes já vigentes, contencioso do gasto público estatal, por mais 15 meses.

“Em contraste”, lembra Renato, “predominou uma política externa afirmativa e soberana”. O Brasil recusou a linha belicista do imperialismo norte-americano e se firma como país líder da América Latina, relança o Mercosul, alcança uma situação positiva nas negociações da Alca, restringindo a amplitude e modificando objetivos pretendidos pelos EUA. No âmbito da OMC, conduziu a formação de uma aliança de países em desenvolvimento contra o protecionismo dos países ricos.

O movimento social e organizado — os trabalhadores da cidade e do campo, movimentos dos sem terra e sem teto — deu seus primeiros passos em defesa de seus interesses não correspondidos e de expectativas frustradas, apesar de depositar grande confiança no governo Lula. “No Congresso Nacional, sobretudo no âmbito da Câmara Federal, tem crescido o processo negociador entre os propósitos do governo e os anseios da sociedade.

Os projetos do Executivo têm sido modificados e o governo adotado atitude distinta daquelas praticadas por seus antecessores em relação às demandas populares e parlamentares”, lembra Rabelo, para concluir: “Em suma, nesse primeiro ano de governo alcança-se certa estabilização política, se paralisa a crise financeira, o país vai recobrando sua soberania nas relações externas, o processo de privatização é barrado, mas ainda há uma dualidade no caminho do projeto a seguir”.

Diante desse quadro, é necessário “reforçar as tendências interessadas no fortalecimento da soberania, da democracia e do desenvolvimento nacional”. A utilização de uma política macroeconômica ortodoxa “não pode ser permanente”.

Segundo o presidente do PCdoB, “a mudança e redirecionamento da política macroeconômica passa pela necessidade do papel insubstituível do Estado como indutor do crescimento, destravando os investimentos produtivos, aumentando o gasto e crédito públicos em articulação com a redução substancial da taxa de juros real e de taxa cambial competitiva, tendo em vista a elevação dos investimentos públicos na infraestrutura econômica e na universalização da educação, saúde, previdência e saneamento, na concretização das parcerias público-privadas, ampliação do superávit comercial e do mercado interno de massas”.

Para Renato, em 2003 se delinearão quatro tendências: “a tendência dominante, da atual política macroeconômica baseada em pesado ajuste fiscal (corte de despesas públicas estatais) durante médio e longo prazos (dez anos, segundo o Ministro da Fazenda); a tendência majoritária no PT, que pretende harmonizar a política dominante de forte ajuste fiscal (“nova fase”) com uma política de pesado investimento em infraestrutura econômica e social; a tendência que reúne partidos e lideranças comprometidas com um projeto nacional desenvolvimentista, baseado em uma política macroeconômica que tenha como viés o crescimento, destravando o investimento produtivo e ampliando o mercado interno; e a tendência de setores ‘esquerdistas’, que defende um programa de caráter democrático-popular, anticapitalista”.

O dirigente comunista é enfático: “A atual realidade política não comporta outro caminho para a esquerda: a mudança passa pelo governo Lula. O seu êxito depende da consecução do projeto democrático, nacional-desenvolvimentista. O seu fracasso significaria uma derrota política de grande monta para as forças de esquerda e para nosso Partido. Deste modo, o PCdoB reitera seu apoio e participação no governo, assumindo parcelas da responsabilidade sobre seu destino, atuando de forma construtiva e também crítica. Diante da experiência deste primeiro ano de governo, o Partido deve aprimorar seu papel de força conseqüente na definição e aplicação do projeto nacional alternativo, ou seja, apoiar

e aprofundar a nova política externa de afirmação da soberania nacional; reunir forças fortalecendo o núcleo patriótico e progressista, aglutinando o centro do espectro político e neutralizando setores indecisos no sentido de redirecionar a política econômica para o viés do desenvolvimento, destravando os investimentos produtivos, sobretudo voltados para infraestrutura como motor da retomada do desenvolvimento e sustentabilidade do crescimento”.

O PCdoB, “do ponto de vista político e ideológico, não resvalou nem para o centrismo ou seguidismo, nem para o voluntarismo ou aventureirismo. O episódio da posição do Partido em face da reforma da Previdência contribuiu para discernir com mais nitidez a nossa relação com o governo Lula, a forma do Partido se comportar como força situacionista e não oposicionista, partícipe do governo, em condições em que a divergência entre o programa partidário e o programa do governo assumiu maior

profundidade; como também permitiu reavivar e elevar a nossa justa concepção de partido para toda militância”.

As lições contidas neste primeiro período de governo foram, para Renato Rabelo: “Primeiro, devemos fazer esforço ainda maior para estar à altura do debate de idéias, intervir mais afirmativamente dentro e fora do governo, defendendo nossos pontos de vista, ampliar e aprimorar toda a imprensa partidária, relançar num patamar mais elevado o Instituto Mauricio Grabois, criar condições para aglutinar mais amplamente a opinião em defesa do projeto nacional desenvolvimentista; segundo, devemos ser a força política que aprofunda sua relação com o movimento social e se prepara política e organicamente de forma permanente para intervir na ação de massas como meio essencial para o êxito do projeto mudancista”.

O desafio do PCdoB “é formar e estruturar, em tempo hábil, a leva de milhares de aderentes que ingressaram no Partido, sobretudo de lideranças influentes de diversos meios, para que assimilem a importância de nossos princípios e a justiça da nossa política e militem em uma organização partidária”, finalizou Renato Rabelo.

É um governo democrático, constituindo diversos fóruns de consulta, participando o próprio presidente de atos do movimento social, e trazendo para o governo todas as forças de esquerda e renovadoras do país

SINDICAL

Desafios e perspectivas para 2004

Elevar o nível de consciência e de mobilização dos trabalhadores

JOÃO BATISTA LEMOS E UMBERTO MARTINS *

O Brasil vive uma conjuntura contraditória, na qual um novo e promissor cenário político criado pelo governo Lula — mais democrático e com uma crescente afirmação da soberania nacional — convive com a política econômica conservadora, subordinada ao FMI e indutora do desemprego em massa, depreciação da força de trabalho e conseqüente depressão do mercado interno.

O movimento sindical se depara com o desafio de elaborar, propor e mobilizar suas bases em defesa de um novo projeto de desenvolvimento, alternativo ao neoliberalismo, com ênfase na soberania nacional e na valorização do trabalho como fonte da retomada do crescimento sustentado da economia, distribuição mais justa da renda e ampliação substancial do nível de emprego. Uma agenda com este caráter pressupõe a superação do economicismo (em larga medida ainda predominante) e a elevação do nível da luta da classe trabalhadora a uma dimensão mais política.

Ampliar as lutas

Não é muito difícil perceber que as batalhas econômicas pela recuperação das perdas salariais e manutenção de direitos e conquistas, levadas a cabo pelas diferentes categorias em variados ramos de atividade, embora indispensáveis, revelam-se impoten-

tes frente à feroz ofensiva do capital contra o trabalho, estimulada e redobrada pelo ambiente de crise. Os modestos reajustes arrancados nas campanhas salariais sequer recompõem as perdas e a persistência do desemprego em massa tende a perpetuar e mesmo agravar uma correlação de forças francamente desfavorável aos trabalhadores nas mesas de negociação, facilitando a imposição de acordos que flexibilizam direitos e rebaixam salários.

Ampliar e unificar as lutas populares, dando a elas uma dimensão nacional, para viabilizar um forte movimento social pelo desenvolvimento com soberania e valorização do trabalho

No frígido dos ovos, o resultado geral (macroeconômico) é a continuidade do declínio da participação do trabalho na renda nacional e o arrocho da massa salarial. Esta verdade foi mais uma vez demonstrada ao longo do ano passado, quando os salários médios caíram e a renda da classe trabalhadora brasileira recuou cerca de 13%, segundo as estatísticas do IBGE. Isto não significa que os sindicatos devem negligenciar as campanhas salariais ou abrir mão das batalhas específicas. A vida indica que as categorias que mais lutam são as que menos perdem.

Todavia, a defesa dos interesses maiores dos trabalhadores e do povo brasileiro exige passos mais ousados e de natureza política no sentido da superação da crise crônica que abala a economia nacional (traduzida em mais de duas décadas de estagnação da renda per capita), recuperação do crescimento e combate ao desemprego em massa. Sem isto, não se poderá falar em conquistas sociais

PCdoB

Denise Carvalho é presidente do Fórum Nacional de Secretários de C&T

A deputada estadual e secretária de Ciência e Tecnologia de Goiás, Denise Carvalho (PCdoB), é a nova presidente do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Ciência e Tecnologia. Ela, que era vice-presidente do Fórum, assumiu automaticamente o cargo, para terminar o mandato de Fernando Peregrino, ex-secretário de C&T do estado do Rio de Janeiro, e que se afastou para assumir a chefia de gabinete da governadora fluminense, Rosinha Mathews.

Denise Carvalho vem se destacando em nível nacional na luta pela formulação de políticas de CT&I que visam a diminuição das desigualdades regionais, tendo conquistado também no ano passado a inclusão do



Denise Carvalho

estado pela primeira vez no Conselho Consultivo da Finep — uma das agências financiadoras de estudos e projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Na avaliação de Peregrino, que assumiu a presidência do Fórum de Secretários em fevereiro do ano passado, 2003 foi um ano muito produtivo sob vários ângulos. “O Fórum saiu vencedor em alguns de seus pleitos mais importantes: participação no Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), descentralização das ações de C&T, participação no Comitê Gestor da Internet, realização de convênios entre governo federal e Estados na área de C&T, entre outros”, enumerou.



Mobilização será a alavanca para garantir rumo progressista

duradouras. Embora a crise brasileira tenha em grande medida um caráter objetivo, há um amplo consenso no seio das forças progressistas que a abordagem de sua solução passa obrigatoriamente e em primeiro plano pela política econômica.

Assim sendo, é preciso ampliar e unificar as lutas populares, conferindo-lhes uma dimensão nacional e combinando as reivindicações e peijas particulares com as exigências mais gerais focadas na mudança da política econômica, procurando viabilizar um forte movimento social pelo desenvolvimento com soberania e valorização do trabalho.

A valorização do trabalho, hoje uma condição *sine qua non* para o fortalecimento do mercado interno e o desenvolvimento econômico, pressupõe a conquista de mais e melhores empregos, objetivo que merece ser transformado em obsessão (como sugere o presidente Lula) e contemplado como absoluta prioridade na política econômica. Em vez das metas de superávit fiscal primário negociadas com o FMI, que estrangulam a capacidade de investimento do Estado, devemos lutar para que sejam estabelecidas metas de criação de novos postos de trabalho, de modo a realizar os compromissos assumidos em 2002.

Luta de idéias e mobilização popular

O nosso desafio consiste em responder adequadamente à seguinte questão: como caminhar na direção da unificação, ampliação e politização da luta de classes? A resposta não é simples e obviamente o critério da verdade será dado pela prática, mas a urgên-

cia de algumas tarefas saltam aos olhos. Em primeiro lugar as lideranças classistas devem amadurecer a compreensão da necessidade de elevar o nível das batalhas e desenvolver uma intensa campanha de conscientização das bases.

A luta no campo das idéias e o esforço de elaboração do novo projeto de desenvolvimento nacional ganham maior destaque na atualidade. Um aspecto essencial é o combate às concepções que dão ênfase à nego-

ciação em detrimento da mobilização e tendem a considerar as lutas populares como fator de desestabilização do governo Lula. É indispensável reiterar que a mobilização social será a alavanca para a mudança da política econômica.

Nosso ponto de partida terá de ser o próprio grau de organização e unidade já alcançado pelas forças populares. Temos o Fórum Unitário dos Trabalhadores, que reúne as centrais e no momento busca um consenso sobre a reforma sindical (à qual devemos ficar atentos no espírito das resoluções aprovadas pela CSC). E a Coordenação do Movimento Social — CMS, cujo objetivo é unificar as diferentes campanhas e lutas populares, que deve ser fortalecida, valorizada e ampliada (**).

Em boa medida, as bandeiras que constituem o objeto e objetivo de um projeto de desenvolvimento com soberania e valorização de trabalho podem ser localizadas nas batalhas sociais em curso, cabendo aqui enfatizar a campanha pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários, as lutas contra a Alca, pelo aumento real do salário mínimo, reforma agrária, reforma urbana, universalização das políticas e serviços públicos, renegociação da dívida externa no âmbito do Mercosul e recomposição da capacidade de investimentos do Estado.

* João Batista Lemos Batista é Secretário nacional sindical do PCdoB; Umberto Martins é membro da Comissão Nacional Sindical do PCdoB

** A CMS é uma organização de âmbito nacional que agora está sendo estruturada nos Estados, composta por várias entidades do movimento popular, incluindo CUT, MST, UNE, CONAM e Consulta Popular, entre outras.

TRABALHADORES

Olívia Santana apóia a luta dos peixeiros em São Joaquim

Os peixeiros da feira de São Joaquim, em Salvador (BA) não aceitaram a decisão da Secretaria Municipal dos Serviços Públicos (SESP) de fechar seus boxes e impedir a comercialização no local, e foram à luta. E, em 9 de janeiro, mais uma vez retiraram as trancas colocadas nos boxes pela SESP e reabriram seus pontos comerciais respaldados por liminar concedida pela juíza da 7ª Vara da Fazenda Pública, que determina a permanência em funcionamento dos mesmos, sob pena de crime de desobediência. “Não podemos deixar de manifestar o nosso repúdio contra a atitude da SESP”, disse a vereadora comunista Olívia Santana. Ela denunciou que a secre-



Olívia Santana

taria municipal não só mandou fechar o mercado, mas também apreendeu os equipamentos e mercadorias dos peixeiros, “dificultando ainda mais a vida destes trabalhadores”, disse ela. “Apoiamos a decisão dos feirantes de retomar a posse dos boxes, pois se trata de uma decisão legal, respaldada pela Justiça. É lamentável o fato de a Polícia não estar presente para garantir a segurança dos trabalhadores”.

Olívia Santana e sua equipe estão acompanhando passo a passo a luta dos feirantes de São Joaquim, inclusive disponibilizando a assessoria jurídica para dar apoio aos que tiveram seus boxes fechados pela Secretaria Municipal dos Serviços Públicos.

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

ENTREVISTA

Olinda fervilha e retoma a organização popular

A gestão da prefeita comunista Luciana Santos inverteu as prioridades. Volta-se para os problemas da população pobre da cidade e, em cinco anos, quer tornar Olinda a cidade de mais alto IDH de Pernambuco

TUCA SIQUEIRA, DE OLINDA

A Classe Operária: Qual o maior desafio do seu governo?

Luciana Santos: A disposição central do nosso governo é exercitar um forte debate com a população, para que ela entenda as causas da crise em que vive. Esse é o grande desafio. Por isso, desde a campanha eleitoral sempre tivemos a preocupação de debater a realidade, de falar a verdade e de nunca praticar a demagogia com o povo, que vive o drama do desemprego e da falta de perspectiva, cujo principal responsável é o modelo econômico e social perverso e injusto que caracterizou a história do país. Por isso, sempre relacionamos a possibilidade de satisfazer as necessidades da população às mudanças, à alteração dos rumos dos modelos econômicos e sociais que sempre imperaram no Brasil. E é por isso que temos exercitado uma gestão cuja centralidade é a participação da população, através dos espaços constituídos pelos conselhos, as conferências...

A Classe Operária: Que mudanças a senhora pôde observar com relação ao incremento dessa participação popular?

Luciana Santos: Hoje, em Olinda, fervilham as associações de moradores, associações que nem existiam antes. Bairros como o Bairro Novo, que não tinha associação de moradores, agora tem duas. Aqui mesmo, no Sítio Histórico, surgiu a Associação de Bares e Restaurantes. Mês passado, tive a notícia de que estão tentando formar a Associação dos Artistas Plásticos de Olinda. Ou seja, é uma cidade que fervilha, que borbulha, com muitas iniciativas que demonstram a retomada da organização

popular, da sua intervenção na vida cotidiana na cidade. Esse é um setor no qual nós também temos alcançado bastante êxito. O Orçamento Participativo é uma coisa inédita na cidade de Olinda e tem sido um exercício muito positivo de participação popular.

A Classe Operária: Que outros avanços ocorreram nesse sentido?

Luciana Santos: Outro saldo positivo é o crescimento das forças de esquerda em nossa cidade. Isso é irrefutável. Hoje as nossas forças são muito maiores do que há três anos. Também há conquistas importantes para a população. Nós invertemos as prioridades. Olinda é uma cidade como as outras do Brasil, que vive o drama da crise econômica e social, e vive isso de maneira mais perversa, pois não conta com um

setor produtivo gerador de emprego e renda e cresceu sem a contrapartida de um desenvolvimento econômico que a sustentasse. E, apesar das dificuldades, dos poucos recursos, invertemos as prioridades, com o cuidado com os morros, o cuidado com os alagados, ou seja, o cuidado com as pessoas que mais precisam da intervenção do Poder Público.

A Classe Operária: Como seu governo está superando a limitação de recursos?

Luciana Santos: Essa é outra característica do nosso governo, o esforço para a captação de recursos. Olinda nunca viu tanta captação de recursos na sua história. O Prometrópole, por exemplo, significará o investimento de R\$ 54 milhões, em cinco anos, o que certamente colocará Olinda como a cidade de melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em



“Centralidade é a participação da população”

Pernambuco. Isso porque o Prometrópole vai intervir exatamente na área de baixa renda, onde estão localizados os 60% dos mais pobres de nossa população. Há também em curso o projeto do complexo turístico e cultural Recife/Olinda, que é estratégico e procura viabilizar o potencial econômico da cidade, aproveitando sua vocação turística e cultural, para Olinda se firmar como pólo turístico e cultural. Na área de Saúde, reduzimos a incidência de doenças; a leptospirose, por exemplo, teve uma queda de 76%. Realizamos concursos públicos para melhorar os serviços prestados à população, o que há sete anos não era realizado. Construimos casas populares; antes desta gestão, a última casa popular foi construída em 1996. Estamos fazendo saneamento básico, que também ninguém fez; as últimas notícias de saneamento na cidade ainda eram da época das políticas da Cohab. Estamos iniciando as obras de revestimento do Canal da Malária, que é o principal vetor de macro-drenagem do município e vai devolver à população a praia mais bonita

da cidade, que é a Praia Del Chifre. Ou seja, estamos num momento de muitas possibilidades para a nossa cidade. São ganhos muito grandes, apesar das limitações financeiras.

A Classe Operária: Que ações no Sítio Histórico de Olinda a senhora destacaria?

Luciana Santos: Destacaria o início das obras do Parque do Carmo, que será a maior obra do Programa Monumenta/BID. Outra coisa é o apoio da Petrobrás e da BR Distribuidora à revitalização dos espaços culturais de nossa cidade; ou seja, é um momento de grande virada, que ocorre nesse novo momento do Brasil. Nós lutamos muito para eleger Luís Inácio Lula da Silva presidente da República; ele participou de nossa campanha quatro vezes; depois, nós lutamos para elegê-lo e agora estamos na expectativa de que o governo tenha êxito e que possamos ajudá-lo a mudar os rumos da política econômica do país. E que possamos fazer com que essas mudanças repercutam positivamente sobre as condições de vida de nossa cidade.

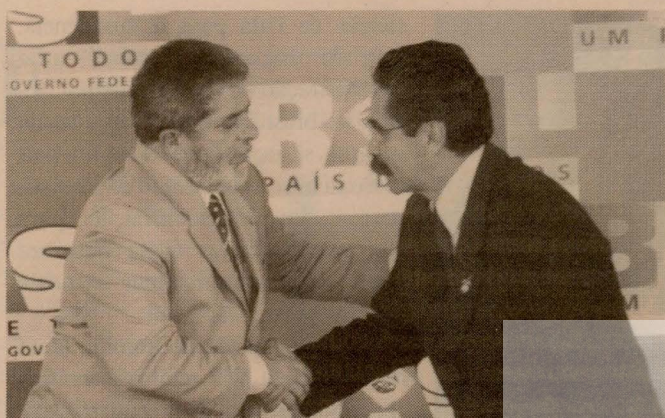
CIDADES

Governo libera R\$ 1,7 bilhão para o saneamento

É o maior volume liberado em um único exercício nos últimos dez anos e corresponde, em apenas 1 ano, a tudo o que FHC gastou durante seus mandatos

“Liberar dinheiro para saneamento básico é liberar, indiretamente, dinheiro para a saúde; é liberar, indiretamente, dinheiro para a melhoria da qualidade de vida das pessoas”. A afirmação foi feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 17 de dezembro passado, durante a assinatura dos contratos de financiamentos para obras de saneamento básico nos Amazonas, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro e no Distrito Federal. E, para o início de 2004, já está acertado o financiamento de obras semelhantes na Bahia e em Pernambuco.

A liberação decorre da decisão do governo de destinar para a área de saneamento básico todos os recursos previstos este ano no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e vai beneficiar 7,6 milhões de brasi-



Lula e Olívio Dutra, na cerimônia de liberação de verbas

leiros, que passarão a ter abastecimento de água e esgoto.

Os contratos, que atingem o valor total de R\$ 1,7 bilhão, foram assinados entre o Ministério das Cidades, a Caixa Econômica

Federal e várias concessionárias e governos estaduais. É o maior volume contratado em um único exercício nos últimos 10 anos; é também seis vezes superior a todo o investimento feito nos últimos quatro anos (R\$ 273 milhões), e corresponde - em um único ano - a mais da metade do valor contratado durante todo o governo de Fernando Henrique Cardoso (R\$ 2,7 bilhões). E sua execução permitirá, também, a geração de 276 mil empregos diretos.

A falta de saneamento básico coloca em risco a saúde das pessoas que ficam sem acesso à água tratada. Um dos problemas graves

é a falta de tratamento do esgoto. No Brasil, cerca de 60 milhões de pessoas moram em 9,6 milhões de residências urbanas que não tem coleta de esgoto. Isso acontece principalmente na periferia pobre das grandes cidades, nas cidades que têm menos de 20.000 habitantes e nas regiões Norte e Nordeste. Três quartos de todo o esgoto urbano são jogados sem tratamento nos rios e no mar, poluindo a água e as praias. Daqueles 60 milhões de brasileiros sem coleta de esgoto, cerca de 15 milhões (ou 3,4 milhões de residências) também não têm acesso à água encanada; em consequência, essa população - principalmente as crianças - fica exposta a doenças transmitidas pela água não tratada. Por isso, um grande benefício da extensão do saneamento básico é a redução do número de doenças e também do dinheiro gasto com serviços de saúde curativa.

J. Freitas/ABR

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

PCdoB

Encontro Nacional sobre questões de Partido

A Secretaria Nacional de Organização propõe a convocação do encontro com o objetivo de afirmar o papel estratégico do Partido

JOSÉ CARLOS RUY

A Secretaria Nacional de Organização do PCdoB está preparando um Encontro Nacional sobre Questões de Partido. A proposta é de Walter Sorrentino e foi feita na reunião plenária do Comitê Central realizada em dezembro de 2003, "Já é a terceira vez neste ano de 2003 que o Comitê Central pauta as questões de Partido, relevando o esforço por acentuar o papel estratégico que tem a maior estruturação partidária neste novo ciclo político de lutas por superar a crise estrutural do país", disse ele em seu Informe à reunião do Comitê Central.

Para Walter, "o PCdoB vive uma situação excepcional do ponto de vista de sua atuação política". Em 2003, realizou dois esforços nacionais de conferências, "momentos em que passou em revista as tropas". A 9ª Conferência elaborou a política e as conferências ordinárias organizaram sua aplicação em todo o país. "O que se verifica, objetivamente é que o Partido em todo o país assimilou bem as orientações da 9ª Conferência e aumentou sua coesão em torno delas", disse em seu Informe. "O Partido é hoje interlocutor da grande política no país, uma força nem centrista nem precipitada na luta pelo êxito do governo Lula na construção das mudanças que o país necessita".

Isso permite ao Partido "uma política eleitoral mais avançada, para 2004, procurando superar condicionamentos da tática clássica de coligação e concentração de can-



didaturas. Ao que tudo indica, será a grande batalha por consolidar esse novo ciclo de acumulação de forças partidárias. Isso sem descuidar do maior protagonismo na luta social: em 2003 o PCdoB e as organizações sob seu comando conquistaram a presidência de três CUTs estaduais, a vitória na UNE e na UBES; organizou o Encontro da Juventude, da UBM e da UNEGRO; teve participação destacada nas Conferências das Cidades e da Saúde. Empenhou esforços de vanguarda na Luta pela Paz e contra a ALCA, mais a coordenação dos movimentos sociais e no Fórum Social Brasileiro."

Em 2003, foram pautadas três vezes questões de Partido, acentuando o papel estratégico que a maior estruturação partidária passa a ter

O Partido vive hoje "sua maior e mais intensa fase de expansão militante", tendo crescido 71% em 2003. "Somos uma força com 200 mil filiados, 60 mil militantes mobilizados na Conferência. Filiamos 37 mil novos este ano e realizamos 1426 conferências municipais (e estamos presentes em 1700 municípios), praticamente em todos os com mais de 100 mil habitantes (exceto sete das quase 240)", comemorou o dirigente comunista.

Este é um quadro onde se impõe a convocação de um Encontro Nacional sobre Questões de Partido, "em torno de um documento oferecido ao debate, intitulado PC de massas, organizado pelas bases, sobretudo entre os trabalhadores, consolidado a partir de direções intermediárias em especial nos grandes municípios, com intenso protagonismo político entre os tra-

lhadores e todo o povo", diz ele. A idéia é realizar o encontro no início do ano e, com ele, "dar à concepção de estruturação partidária o caráter de princípios internos permanentes da construção partidária, fazer campanha permanente em torno deles, como modo de afirmar o papel estratégico do Partido" (a íntegra do Informe e outros documentos relativos ao Encontro podem ser lidos no Partido Vivo, no sítio www.vermelho.org.br).

AGÊNCIAS REGULADORAS

Haroldo Lima na diretoria da ANP

O vice-presidente do PCdoB reforça a tendência mudancista na Agência Nacional de Petróleo

RITA POLLI, DE BRASÍLIA

O engenheiro Haroldo Lima, vice-presidente do PCdoB e ex-deputado líder da bancada federal do Partido, toma posse como diretor da Agência Nacional de Petróleo (ANP) neste dia 19 de janeiro, na sede da Agência, no Rio de Janeiro, numa solenidade em que está prevista a presença de autoridades, lideranças políticas e amigos vindos de todo o Brasil.

A nomeação de Haroldo, no dia 15 de dezembro, coincidiu com o aniversário de sua prisão em São Paulo, há 27 anos, ocorrida no dia 16 de dezembro de 1976, no episódio registrado na história da perseguição política, em que dirigentes do PCdoB foram assassinados pelas forças da repressão. Haroldo foi recambiado para o DOI-CODI do Rio de Janeiro, onde



Haroldo, na Sessão do Senado que aprovou sua indicação

ficou preso e foi torturado juntamente com outros companheiros.

A coincidência das datas é simbólica e dá a medida das mudanças democráticas vividas pelo país, principalmente depois da

eleição de Lula para a Presidência. Haroldo registrou-a como uma demonstração de maturidade política do povo brasileiro e dos dirigentes do governo, situação possível em um país que está buscando o rumo da mudança, com altivez e determinação: "para que circunstâncias dessa natureza nunca mais tenham lugar na nossa história", disse.

A participação de Haroldo Lima na direção da ANP reforça a tendência, nesta agência, de executivos comprometidos com a defesa da soberania nacional e com a mudança dos rumos do desenvolvimento nacional. "Podemos" disse ele, "que o petróleo não faz parte dos nossos problemas, mas sim das soluções que iremos encontrar com criatividade em prol da retomada do desenvolvimento do Brasil".

Novas exigências partidárias

Resolução do Comitê Central convoca o Encontro

O Comitê Central, em sua 9ª reunião plenária, saúda a militância partidária pelo expressivo êxito alcançado no processo de Conferências Estaduais neste segundo semestre. Registra, em particular, a satisfação em constatar o grande crescimento partidário verificado neste percurso.

Confirma-se que o PCdoB vive fase excepcional de sua trajetória, ampliando sua influência política e reforçando sua estruturação partidária. Abriu-se de fato nova etapa na acumulação de forças estratégica do PCdoB, o que deriva do lugar político ocupado pelo Partido na cena brasileira, sob a justa orientação da linha política, ideológica e organizativa aprovada na 9ª Conferência. A coesão partidária em torno dessas orientações é um trunfo alcançado pelo Partido, verificado no ímpeto com que a militância implementou a orientação partidária na luta política e social ao longo do ano em curso e no esforço de sua construção.

Diante dos novos desafios postos em nossa trajetória, o Comitê Central está atento mais que nunca à necessidade de soldar sempre mais a concepção de estruturação partidária de alto a baixo em suas fileiras, no sentido de dotar os Comitês partidários nos Estados e municípios de sua maior assimilação e integral aplicação. Isto é um imperativo para elevar o papel estratégico do PCdoB, indispensável à histórica luta que se trava no país em prol de um projeto nacional e democrático de desenvolvimento, com distribuição de renda e direitos sociais aos trabalhadores e todo o povo.

É com essa perspectiva que o Comitê Central delibera convocar um ENCONTRO NACIONAL SOBRE QUESTÕES DE PARTIDO, para debater e indicar à aprovação da próxima reunião plenária do Comitê Central um documento nacional fixando as novas exigências de desenvolvimento da estruturação partidária, no rumo de um Partido Comunista de massas, organizado em bases, sobretudo entre os trabalhadores, unido e coeso a partir de direções consolidadas em especial nos maiores municípios, com intenso protagonismo na luta dos trabalhadores e do povo.

O Comitê Central conclama a todos os comitês partidários a tomar em suas mãos a consecução do 5º Plano de Estruturação Partidária e empreender a preparação ativa desse Encontro, sobretudo nos níveis de direção, debatendo o documento em suas instâncias e destacando quadros representativos de direção para nele participar, nos termos do edital de convocação a ser apresentado pela Secretaria Nacional de Organização.

TRABALHADORES

Mulheres, operárias e comunistas

Brivani, Nadja e Patrícia são trabalhadoras pernambucanas, diretoras do Sindicatos dos Metalúrgicos; recém filiadas ao PCdoB, explicam sua opção nesta entrevista à A Classe Operária

TUCA SIQUEIRA, DE RECIFE

Brivani Barbosa da Silva, 44 anos, não dispensa um batom em sua bolsa. Nadja de Almeida Brissant, 31, sonha ter filhos gêmeos. Maria Patrícia de Andrade, 35, é mãe — cria seus filhos e cuida da casa sem a presença de um companheiro. O que estas três mulheres têm em comum?

De uma maneira simples, poderia se dizer que são operárias. Exercem o cargo de operadoras de produção da montadora LG Philips, localizada no Curado, região metropolitana do Recife. Pode-se dizer também que, com o trabalho repetitivo exercido de oito horas diárias, infelizmente são vítimas da L.E.R.

Mas, com um pouco mais de atenção, percebe-se algo a mais nessas mulheres. Brivani, Nadja e Patrícia buscam um novo rumo. São integrantes da chapa que dirige o Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco desde agosto de 2002. A partir desse primeiro passo, o sindicato, as três traçaram um mesmo caminho e se tornaram comunistas. Hoje, são filiadas do Partido Comunista do Brasil em Pernambuco.

Antes da filiação ao sindicato, política era algo complicado para Brivani. “Não me identificava e por isso preferia ficar longe. Não me envolvia nem em campanhas eleitorais. No sindicato, tive contato com o PCdoB



Patrícia, Nadja e Brivani, construindo novo rumo

e, com o tempo, analisando direitinho, resolvi me filiar. O partido é diferente dos outros. O PCdoB é muito claro”, diz Brivani.

Nadja tem raízes políticas. Seu avô foi comunista e perseguido durante o regime militar. Por isso, ela encontra resistência na família com relação à sua atuação política. “Sempre participei de campanhas eleitorais, apesar da minha mãe ter tentado me segurar”, comenta. Nadja fala que escolheu o PCdoB por sua seriedade e revela que, com capacitação e muita leitura, caso sintasse capaz, estará disposta a qualquer tarefa política. “Ainda estou me sintonizando. Eu gosto de ler *A Classe Operária* e a *Debate Sindical*. Por falar nisso, li uma matéria excelente sobre a questão de saúde. Isso nos chama muito a atenção por trabalhar na LG Philips,

uma fábrica mutiladora, com grande número de operários com lesão.”

Patrícia confessa que sempre se indignou com as relações políticas que conhecia, porém não cogitava militar em partido algum. Das três, ela foi a primeira a se filiar ao PCdoB, atribuindo a ele unidade. Patrícia tem dois filhos adolescentes que, ora sentem orgulho da mãe, ora a reprovam por ser comunista. “Quando assistem ao programa do Partido na TV, por exemplo, acham legal. Já quando sentem a minha ausência por estar participando de atividades políticas, não gostam.”

Além de mulheres, operárias e comunis-

tas, elas dividem outras coincidências. Moram em bairros populares, gostam de dançar, sentem-se orgulhosas por serem militantes do Partido e compartilham algo maior: a esperança.

Lula é o ídolo de Patrícia. Brivani faz torcida e diz que acredita no presidente por ser, antes de tudo, um operário. Avaliando o governo, Nadja comenta: “Acho que os avanços foram grandes. Para muita gente o que foi feito é

pouco. Mas o tempo ainda é muito curto. Eu acredito que vai melhorar ... Basta colocar alguém do PCdoB na casa civil. (risos)”.

O primeiro passo foi entrar para o sindicato. Depois, tornaram-se comunistas e se filiaram ao PCdoB

PROFESSORES

Greve em Caxias (MA) dura 140 dias

O salário base do professor, no município, é o salário mínimo

RITA DE BIAGIO *

Os professores da rede municipal de Caxias, no Maranhão, estão parados há mais de 140 dias, reivindicando reajuste salarial — e seu sindicato tem tentado, em vão, o diálogo e a negociação. “O salário base do professor é o salário mínimo. Devido à greve, a prefeita em represália exonerou e suspendeu 380 professores, dentre eles diretores sindicais”, denunciou Silvana Maria de Oliveira Moura, diretora do sindicato dos professores municipais.

Segundo a sindicalista, “para informar melhor o abuso de poder da mandataria deste município, é preciso dizer que a prefeita é esposa do deputado federal Paulo Marinho, o primeiro deputado a ser julgado pelos Tribunais Superiores sem autorização da Câmara Federal. Aqui a corrupção é detectada em todos os setores com o comando deste deputado corrupto”, frisou.

A greve dos professores já teve duas conquistas. Primeiro, obteve o apoio da sociedade de Caxias; além disso, no dia 9 de dezembro de 2003 a Justiça local determinou o bloqueio judicial da importância de R\$ 244.199,96 do Fundef e do FPM para ser depositado nas contas correntes dos professores. E, para prosseguir a luta, o Sindicato está contatando, em busca de ajuda, movimentos sociais e entidades de trabalhadores.

* Agência CUT

CONDUTORES SP

Sindicalistas da oposição são demitidos

Mais de 10 dirigentes da chapa 2, de oposição, foram demitidos depois da eleição de novembro no Sindicato dos Condutores de São Paulo.

VIVIANE BARBOSA *

Fechadas as urnas, começou a perseguição. Mal acabou a controversa eleição no Sindicato dos Condutores de São Paulo, dias 10 e 11 de novembro de 2003, mais de 10 sindicalistas que participaram da chapa 2, de oposição, e trabalhadores que apoiaram a chapa cutista foram demitidos das empresas de ônibus da cidade de São Paulo. “Desde setembro de 2003, mais de 100 trabalhadores foram demitidos. Diariamente estão ocorrendo demissões nas garagens”, diz o condutor Ricardo Cuba, da viação Sambaíba, demitido em 13 de

Os demitidos são coagidos a assinar acordos abrindo mão do aviso prévio e da multa de 40% do FGTS; além disso, a rescisão é paga em até sete parcelas, e não à vista, como manda a CLT

novembro. O mesmo ocorreu com o cipeiro Eduardo Martins dos Santos, condutor da empresa Expandir, demitido no dia 3 de dezembro. “Recebi um telegrama dizendo que eu teria abandono de emprego caso não comparecesse. Ao ir à empresa, fui escoltado por seguranças. Essa situação é absurda e ilegal, porque sou cipeiro e tenho estabilidade no emprego até dezembro de 2004”, desabafa.

As demissões representam represália e perseguição política aos participantes da chapa cutista. Segundo os dirigentes oposicionistas, a nova diretoria

do sindicato, que ganhou a eleição passando por cima da lei, está homologando acordos trabalhistas que são verdadeiros atentados aos direitos. “O Sindicato, em parceria com os patrões, está obrigando os demitidos a assinar acordos abrindo mão do aviso prévio e da multa de 40% sobre o FGTS. Além disso, a rescisão está sendo paga em até sete vezes, e não à vista, como a legislação trabalhista determina”, denuncia Cuba. Os demitidos entraram com uma ação trabalhista, protocolada no Ministério Público Federal em 18 de dezembro de 2003. Na ocasião, o MP solicitou à Delegacia Regional do Trabalho (DRT/SP) que investigasse os fatos, que constituem crime contra a organização do trabalho.

*CUT/SP - Agência CUT

Unidade para garantir o avanço dos povos

O 3º Seminário Político América Latina/Europa reuniu 17 partidos comunistas em Santiago do Chile

Partidos comunistas de 16 países, inclusive o PCdoB, reuniram-se em Santiago do Chile, no 3º Seminário Político América Latina/Europa, de 9 a 11 de janeiro, uma iniciativa da Fundação de Pesquisas Marxistas do Partido Comunista Espanhol. As edições anteriores do seminário ocorreram no Uruguai (2002) e Argentina (2003), e a próxima está marcada para Porto Alegre, em janeiro de 2005.

Os partidos posicionaram-se contra a estratégia global imperialista, imposta pelo governo dos EUA, que "arrasou com os direitos da humanidade" e cerceia "o direito do ser humano à vida, por meio de guerras de agressão e rapina e do terrorismo de Estado posto a serviço do aumento do volume dos lucros monopolistas do capital transnacional". O orientação neoliberal "condena milhões em todo o mundo à fome e a uma vida miserável, pautada pela crescente marginalização e exclusão social refletidas na discriminação étnica, de gênero, no desemprego e na precarização e flexibilização do trabalho".

Os comunistas consideram o capitalismo neoliberal "culpado de lesa-humanidade



Delegações comunistas no encontro ocorrido no Chile

quando, em seu inesgotável afã de lucro, contamina o meio ambiente, corta nossas florestas, erode a terra, envenena nossos rios e degrada o ecossistema em escala planetária". Constatam, porém, que "são cada dia mais fortes as vozes de denúncia que se elevam e se transformam em protestos sociais e políticos nos quatro cantos do mundo". Citam "levantes populares na Argentina, Equador e Bolívia", o fortalecimento de Cuba socialista, a defesa da revolução bolivariana na Venezuela por parte de seu povo, a vitória de Lula e seus aliados no Brasil, que "gera expectativas de êxito das tarefas democráticas, populares e nacionais que propuseram ao seu povo", as derrotas do projeto militaris-

ta de Álvaro Uribe na Colômbia, os possíveis avanços eleitorais da esquerda em El Salvador, Panamá, Uruguai e Nicarágua.

Defenderam também a unidade dos partidos esquerda e dos movimentos sociais: "Devemos lutar para que o movimento antiglobalização no seu conjunto cresça em sua pluralidade, unidade e consciência anticapitalista," objetivo que é uma

"uma tarefa ineludível da situação atual".

Indicam a necessidade de elaborar "programas específicos, em torno dos quais as grandes maiorias se organizem, mobilizem e os tornem plenamente seus".

"Em síntese: nós, partidos comunistas aqui presentes, levantamos as

bandeiras que o capitalismo não pode reivindicar. A da luta pela plena vigência dos direitos humanos em sua mais vasta concepção, só possível com a conquista de uma democracia real participativa e protagônica, que se

realizarão plenamente quando 'se abrirem as grandes vias' para o socialismo, por onde caminhem mulheres e homens livres, uma vez abolida a exploração do homem pelo homem. Conseqüentes com este postulado, comprometemo-nos a estreitar ainda mais nossa reflexão e cooperação em ações comuns" diz o documento aprovado pelo partidos comunistas da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, Espanha, França, Grécia, Partido da Refundação Comunista da Itália, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai, Venezuela, além do PCdoB e do PCB.

José Reinaldo Carvalho, vice-presidente do PCdoB, que, juntamente com Adalberto

Monteiro, participou do encontro no Chile representando o Partido, considera que "em um mundo em que os temas se tornam cada vez mais globais, e que interferem na vida política de cada país, é importante que encontremos um ponto de vista

comum. Nos dias de hoje, a luta dos partidos e dos povos tem que ser cada vez mais uma luta unificada, em nível continental e até mundial, fortemente ancorada nas lutas nacionais de cada povo".

O movimento antiglobalização deve crescer em sua pluralidade, unidade e consciência anticapitalista

"Fiesta de los Abrazos"

A política, a alegria, a cultura de mãos dadas

ADALBERTO MONTEIRO*

Nos dias 10 e 11 de janeiro realizou-se, no gigante Parque Bernardo O'Higgins, em Santiago do Chile, a festa anual dos comunistas e da esquerda chilenos, "Fiesta de los Abrazos" - A Festa dos Abraços.

A festa nasceu em 1986, ainda sob a vigência da ditadura militar. Cada uma de suas edições se realiza sob a égide de determinados temas. A deste ano fez parte da campanha "Fuerza Gladys". Esta campanha desencadeou ação de solidariedade, envolvendo amplos setores da nação chilena, à presidenta do Partido Comunista do Chile, Gladys Marín que, em Cuba, trata de um câncer que lhe afetou o cérebro. A festa comemorou também o centenário do poeta Pablo Neruda.

Foram realizados dois atos internacionais no palco central da festa. José Reinaldo Carvalho, secretário de Relações Internacionais do PCdoB, homenageou o heroísmo do povo e dos comunistas chilenos, sublinhou a importância da amizade e das relações entre os povos e o partidos comunistas da América Latina e agregou sua voz à voz de todos pela saúde de Gladys Marins. Adalberto Monteiro, secretário de Formação e Propaganda do PCdoB, participou da abertura da festa.

Ainda sob a mais facínora das ditaduras que infestaram a América Latina, a festa nasceu, para comemorar o aniversário da fundação do PC do Chile. Devido à repressão, veio à luz sob a metáfora das comemorações do Ano Novo. Por isso, se realiza, geralmente, no primeiro final de semana após o 1º de janeiro.

As pessoas se abraçam e se felicitam, desejam a si e ao país Feliz Ano Novo. Cada abraço aquece e rejuvenesce as energias, eleva a amizade, revigora a esperança.

As pessoas se divertem e se instruem em diferentes espaços e tendas ou sob as sombras das altas árvores do Parque. Ocorrem diferenciadas apresentações musicais, debates, colóquios, declamações de poemas. Em cada tenda, um tipo de comida de cada região. Há variado comércio de artesanato, livros usados e cartazes, de ornamentos indígenas e pedras da região, variado comércio de CDs, com destaque para reproduções históricas de Victor Jara, Violeta Parra, Silvio Rodrigues e Pablo Neruda.

Cerca de doze mil pessoas acorreram ao evento. O ingresso custa algo próximo de 5 reais, uma vez que ela se destina, também, arrecadar finanças para o Partido.

É uma festa nacional. A ela se deslocam caravanas de todo país, organizadas pelos comitês das províncias. É destacada a presença da juventude, mas também se ressalta a participação dos trabalhadores com suas famílias. Devido ao calor, o vinho fica em segundo plano, e se bebe, sobretudo, cerveja e pisco, uma espécie de cachaça derivada da uva.

A festa é pois assim: alegria, confraternização, cultura, diversão e consciência política. Num espaço lá está Volodia Teitelboim, ex-senador da República, notável escritor, que foi secretário-geral do PC do Chile nos primeiros anos da década de 90, já bem idoso, falando aos jovens sobre a importância da literatura e da leitura. Noutro palco, um

A festa nasceu em 1986, ainda sob a ditadura militar. Cada uma se realiza sob a égide de temas próprios



Cerca de 12 mil pessoas foram ao conagraçamento da esquerda chilena

grupo de rap denuncia as mazelas sociais, sempre ocultadas pela falsa propaganda de um neoliberalismo que teria pretensamente dado certo no país. Noutra tenda, jovens escritores coordenam um colóquio sobre Neruda. Um rapaz declama trechos de *Vinte poemas de amor e Uma canção desesperada*. Uma bela moça, com traços indígenas, apresenta um trecho de *Canto Geral*.

Noutra parte, lá está a Brigada Ramona Parra, integrante da Secretaria de Propaganda do Partido. Esta brigada nada mais faz do que colorir com belas, épicas e coloridas gravuras os muros do Chile. Existe desde a campanha da Unidade Popular, que elegeu Allende presidente do Chile. Um dos chefes desta brigada conta que, certa feita, a reação chilena estabeleceu a seguinte pena a quem fosse flagrado pregando cartazes: o infrator seria obrigado a comer o grude. Então, eles colocaram açúcar no grude, com intuito de diminuir o sofrimento de quem fosse condenado a esse perverso castigo.

Certa feita, Neruda disse que os chilenos têm a subjetividade singular de um povo que vive numa estreita faixa de terra, pressionado pela Cordilheira dos Andes e pelo Oceano Pacífico. Apesar deste isolamento geográfico, apesar das feridas ainda não cicatrizadas no corpo e na alma da nação, feridas estas decorrentes dos crimes da ditadura, os chilenos são muito hospitaleiros, alegres, sonhadores e politizados. Este cronista que lhes esmagueira o ma-

zer de ser agraciado com esta hospitalidade. Presente à festa, ao ser apresentado, como brasileiro e integrante da direção nacional do PCdoB, espontaneamente, recebi o convite para ir à casa de uma família chilena. Além dos anfitriões, compareceram mais duas famílias. E o resto, já se sabe. É o Chile. Vinho, Neruda e histórias mil de heroísmo e combate.

Duas últimas notas da parte cultural, deste Terceiro Encontro dos Partidos Comunistas. A primeira se refere a um jantar oferecido aos participantes pelo Partido Comunista do Chile. Não digamos apenas por essa gentileza, geralmente, peculiar a quem é o anfitrião destes acontecimentos. Mas, pelo local escolhido. Uma espaçosa e antiga casa, Peña do "los Parras". Jorge Insunza, secretário de Relações Internacionais do PC do Chile, explicou o porque na escolha. Disse que Violeta Parra, compositora e cantora chilena (autora de *Gracias a la vida* e *Volver a los 17*, entre tantas outras), em diferentes apresentações, lançou naquele palco, naquele local, as bases do que veio a se constituir La Nueva Música Chilena.

Finalmente, destaco a gentileza do talentoso e reconhecido, artista plástico José Balmes, que foi ao Encontro dos Partidos para autografar uma bela gravura a cada um dos Partidos presentes.

SÃO PAULO

Uma plebe, um só coração

Nos seus 450 anos, a cidade é homenageada em série da Rede Globo

CARLOS POMPE

Os 450 anos de São Paulo estão sendo motivo de várias comemorações. Eventos políticos, sociais e comerciais estão sendo realizados. A Rede Globo produziu "Um só coração", abordando histórias e eventos ocorridos na capital paulista. Famílias e personagens da elite, das classes exploradas e da intelectualidade da primeira metade do século desfilam pelas telas da TV. Entre figuras ficcionais, são mostradas personagens conhecidas da história brasileira, como Santos Dummont, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, Mário de Andrade. Eventos históricos são evocados, como a Semana de Arte Moderna de 1922. Alguns tipos são revolucionários e apareceram distribuindo em bondes, portas de fábricas e nas ruas paulistanas uma publicação existente de fato: A Plebe.

Trata-se de um semanário anarquista, publicado, a partir de 8 de junho de 1917, em São Paulo. Editado por Edgard Leuenroth, ele substituiu o órgão da Liga Anticlerical, *A Lanterna*, comandado por Benjamin Mota de 7 de março de 1901 até 1904 e retomado, por Leuenroth, de 1909 a 1916 e, novamente, sem regularidade, de 1933 até 1953. Anticlericalismo e anarquismo andaram de mãos dadas no início do século passado no Brasil. "Enforcaremos o último burguês com as tripas do último padre" era uma de suas consignas. O editorial do nº 1 de *A Lanterna* foi contundente (o jornal, distribuído gratuitamente, chegou a ter 10 mil exemplares):

"Somos apenas um punhado de homens. Somos 10? 20? Que importa? Seremos legião amanhã, quando todos os que sabem quanto o clericalismo é prejudicial, quanto o jesuitismo é nefasto, quanto o beatismo embrutece os povos decidirem vir engrossar as nossas fileiras".

Anarquistas, porém à brasileira, eram vários dos ativistas operários no país do início do século passado. Não eram totalmente contrários à organização e à luta política, como muitos dos ideólogos do movimento na Europa. No geral, não eram adeptos do terrorismo individual e se apoiavam nos sindicatos, adotando a greve como arma principal de suas atividades, "ação direta" que poderia evoluir para o levante armado contra o Estado. Mas eram contrários, como seus correligionários europeus, à formação de partidos políticos.

O Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado de 15 a 20 de abril de 1906, indicou a necessidade de os operários formarem "organizações de resistência econômica", visando realizar "ações diretas contra o capital", afirmando, porém, que o proletariado devia estar "economicamente organizado e independente de partidos políticos". Essa tese foi revivida no final dos anos 80 pelos principais líderes sindicais da região do ABC paulista que, depois, curvaram-se à



A Plebe, jornal anarquista (acima), e operários com A Classe Operária em 1928

força dos fatos e mergulharam na política, fundando o PT, com Lula na cabeça.

Mas já nos anos 20 um grupo de ativistas viu na organização dos trabalhadores em partido uma forma superior de atuação na vida social, lutando pelo poder político, e fundaram, em 1922, o Partido Comunista do Brasil. Pouco depois, em 1925, criaram também o seu jornal, no dia 1º de maio, Dia do Trabalhador — única publicação proletária, do período, ainda em circulação, inclusive disponível na Internet: *A Classe Operária*

(<http://www.vermelho.org.br/classe>). Jornal que, desde os anos 1960, é editado, com interrupções (devido à ditadura militar que empalmou o poder em 1964), na metrópole que completa 450 anos. E que mantém como epígrafe a conclamação feita por Karl Marx e Friedrich Engels em 1848, "Proletários de todo o mundo, uni-vos!", reafirmando e dando continuidade aos libertários que, no início do século passado, pugnavam por um novo mundo, onde o homem não fosse inimigo do homem, formando um só coração.

INTERNACIONAL

Histeria antiterrorista nos EUA

No dia 21 de dezembro, o governo dos EUA adotou o Alerta Laranja e fez o "Natal do terrorismo"

O governo Bush transformou as festas deste final de ano nos EUA em verdadeira histeria antiterrorista, depois que o Departamento de Segurança Interna (Department of Homeland Security) adotou, no dia 21 de dezembro, o Alerta de Terror Elevado (High Terror Alert), chamado "alerta laranja".

O pretexto para essa providência drástica foi o cancelamento do voo 68 (Paris-Los Angeles) da Air France, e de outros cinco voos, todos na época do Natal. E por um motivo completamente infundado: os arapongas da CIA teriam identificado, entre os passageiros daqueles voos, membros da Al Qaeda, que usariam os aviões em ataques semelhantes aos de 11 de setembro de 2001 contra as Torres Gêmeas, em Nova York.

O governo francês cancelou os voos depois de pressões que envolveram inclusive o secretário de Estado Colin Powell. Em seguida, também com base em informações desse tipo, a British Airways cancelou um dos seus voos de 2 de Janeiro de Londres para Washington. A contrapartida, nos EUA, foi o patrulhamento do espaço aéreo por caças F-16, que chegaram a escoltar, no dia de Ano Novo, um voo da British Airways até o aeroporto Dulles, onde, ao desembarcar, os passageiros foram virtualmente atacados por agentes do FBI. Enquanto isso, as redes de

televisão faziam seu papel martelando, de forma insistente e repetitiva, a suposta ameaça terrorista.

Toda a histeria foi provocada, como descobriram os serviços de inteligência da França, por uma informação incorreta: os tais "terroristas" identificados pelos espões norte-americanos eram uma criança de cinco anos cujo nome foi confundido com o de um "terrorista" tunisino; uma senhora chinesa idosa, gerente de um restaurante em Paris; um vendedor de seguros galês, e três franceses.

Isso foi incompetência? Ou foi deliberado?, pergunta o pesquisador canadense Michel Chossudovsky, do Centro de Pesquisas sobre Globalização, em Toronto, Canadá (The Centre for Research on Globalization, CRG; www.globalresearch.ca). Ele diz que o cancelamento dos voos era necessário para que o governo dos EUA pudesse justificar a aplicação do Alerta Laranja.

A direita norte-americana, com Bush no comando, precisa manter a população em estado de tensão permanente. E, como os assas de Hitler já sabiam, o melhor para isso é a fabricação de uma ameaça poderosa, que ajuda a unir a população em torno do governo e, ao mesmo tempo, justifica medidas repressivas e antidemocráticas que, em outra situação, seriam inaceitáveis. (José Carlos Ruy)

DIREITOS INDÍGENAS

Campanha antiindígena em Roraima

PCdoB de Roraima apóia demarcação das terras e denuncia preconceito contra índios

ANTONIO MARCOS SILVA DE ARAÚJO, DE BOA VISTA

Segundo Fábio Almeida, presidente regional do Partido, é necessário que "as autoridades e instituições sociais realizem amplo debate que restabeleça o diálogo entre os segmentos sociais, evite o xenofobismo, a violência e a barbárie. Apoiamos a demarcação das terras indígenas em área contínua. Ocorre intensa campanha antiindígena, valendo-se do preconceito que muitas pessoas têm contra estes irmãos e refletindo os interesses de segmentos da sociedade que dominam os meios de comunicação em Roraima".

Para Zé Adalberto, Assessor de Programas e Projetos da Associação dos Povos Indígenas de Roraima (Apir), "as lideranças indígenas sempre buscaram apoio e diálogo com o poder público de Roraima, tendo em vista a fragilidade e a ausência de políticas públicas de atenção às necessidades de seus povos, mas nunca foram suficientemente ouvidas. Algumas etnias foram exterminadas em confronto com invasores, algumas resistiram e buscam autonomia, liberdade e sustentabilidade econômica, enquanto outras permanecem sem contato com os não índios".

"Inúmeras pessoas temem que, com a demarcação das terras indígenas, haja uma

internacionalização da Amazônia, mas em nome da soberania nacional estas pessoas estão mais preocupadas em salvar as propriedades de suas famílias; na verdade venderiam por alguns punhados de dólares suas terras para qualquer grupo estrangeiro", disse Antonio Marcos, secretário de Organização do Partido.

Fábio Almeida afirmou que este quadro somente assombra a sociedade roraimense devido à omissão de importantes segmentos das elites econômicas e políticas locais, que nunca deram ao assunto a importância necessária. "Preocupa-nos, enquanto partido político aliado do governo federal, o grande envolvimento da sociedade civil contrária à demarcação das terras indígenas em área contínua, sem que conheça em profundidade todas as implicações e interesses ocultos por trás de cada discurso".

O PCdoB também expôs posição contrária à extinção do município de Pacaraima, por considerar esse município estratégico no processo de integração com a República Bolivariana da Venezuela, tendo em vista que esta é a única fronteira urbana do nosso país vizinho.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

SEMINÁRIO NACIONAL DE CULTURA

“Cultura é uma questão de soberania nacional”

Discussões abrangentes e o posicionamento firme do PCdoB na defesa da cultura nacional foram as tônicas do primeiro Seminário Nacional de Cultura

PATRÍCIA CARVALHO

Um pacto pela cultura nacional foi firmado durante o Seminário Nacional de Cultura, realizado em São Paulo entre os dias 29 e 30 de novembro passado. Mais de 80 artistas, militantes, lideranças políticas, educadores, parlamentares e integrantes de entidades e movimentos culturais, de 17 estados, se uniram para discutir e buscar “constituir um pólo de pensamento e de ação no âmbito do universo cultural do país, marxista, progressista, brasileiro e contemporâneo”, como definiu Adalberto Monteiro, da direção do Instituto Maurício Grabois, entidade que organizou o evento.

Um dos resultados deste encontro foi a elaboração e aprovação da “Carta de São Paulo – Em Defesa da Cultura Brasileira”, que é encerrada com uma frase emblemática: “nenhum povo venceu sem usufruir, valorizar, desenvolver, defender e amar sua própria cultura”. Foi decidida a realização de um novo seminário de cultura, ainda no primeiro semestre de 2004, para discutir principalmente as políticas públicas voltadas à cultura, tendo em vista as eleições municipais.

Entre as principais conclusões deste primeiro Seminário Nacional de Cultura realizado pelo PCdoB está a constatação do ex-secretário da Cultura de Campinas, Célio Turino, atual diretor do Departamento de Promoção Esportiva, de Lazer e Recreação da Secretaria Municipal de Esportes de São Paulo, para quem “a cultura permeia todas as ações da sociedade e, por consequência, todos os programas de governo”. Em outras palavras, todos os debates e discussões, assim como as interven-



O seminário reuniu mais de 80 artistas, lideranças e intelectuais

“Nenhum povo venceu sem usufruir, valorizar, desenvolver, defender e amar sua própria cultura”

ções dos participantes, mostram um claro entendimento de que a cultura é uma questão política e está basicamente ligada a outras prioridades da sociedade brasileira, como a cidadania, assim como à educação formadora e informadora, à inclusão cultural e social e ao resgate da identidade nacional. Eduardo Bomfim, secretário de Cultura de Alagoas e vice-presidente do Nordeste do Fórum Nacional dos Secretários estaduais de cultura, enfatizou o papel fundamental da cultura na afirmação da identidade nacional e na resistência antiimperialista. Além de debater questões sobre as políticas públicas, foram discutidos no encontro temas como “Cultura e Identidade Nacional” e “Ações dos Movimentos pela Democratização da Cultura”.

Para a secretária de Cultura de Aracaju (SE), Tânia Soares, que participou do painel “Políticas Públicas à Cultura”, a cultura e, conseqüentemente, a estruturação de uma

política cultural no âmbito público, está interligada a outras instâncias e questões a serem equacionadas, como a da educação, a econômica e social. “Assim como a iniciativas e ações conjuntas do Ministério da Cultura e outros ministérios como o do Trabalho, na função, por exemplo, de fomentar oficinas de formação de trabalhadores para o meio cultural, como já vem acontecendo em algumas regiões do Brasil”, afirmou a debatedora.

O papel dos meios de comunicação de massa também foi abordado, criticado e analisado durante o encontro. O ator Francisco Milani deu o tom crítico ao tema, ao falar “do papel pasteurizador e consumista da tevê e da indústria do lazer e entretenimento”. Ele ressaltou, inclusive, que “se o Brasil quiser ter uma política cultural coerente com a sua realidade rica e multifacetada é imprescindível descentralizar a produção de tevê dos pólos Rio/São Paulo e fomentar meios e políticas que estimulem estruturas de produção e distribuição de programações regionais”.

A necessidade de estruturação de uma

política cultural que englobe a diversidade étnica, regional e universal brasileiras, também foi ressaltada pelo chefe de gabinete do Ministério da Cultura, Sérgio Sá Leitão. Segundo ele, no entanto, a cultura precisa de mais recursos e investimentos, que devem ser gerados por iniciativas conjuntas do setor privado e público.

Experiências bem sucedidas, como a dos Fóruns de Cultura realizados em Goiânia, desde 1995, foram apresentadas como exemplos de movimentos organizados em benefício da cultura. De acordo com Denise Carvalho, secretária de Ciência e Tecnologia de Goiás, aquela experiência nasceu das discussões do movimento estudantil e de outros setores da sociedade “sobre os rumos e políticas culturais e em relação às críticas às leis de incentivo à cultura baseadas em isenções ou benefícios fiscais às empresas”.

Outro movimento de democratização da cultura enfocado foi a experiência dos CUCAs (Centros Universitários de Cultura e Artes da UNE) que, segundo a coordenadora nacional do movimento, Ana Cristina Petta, a Timinha, está ligada ao “resgate de experiências como a do CPC, na década de 60, e à própria história da cultura dentro do Partido Comunista do Brasil”. Os centros são os idealizadores das bienais da UNE, que vêm sendo realizadas desde 1999.

O cineasta e assessor do Ministério da Cultura, Manoel Rangel, em sua participação, afirmou que vem ocorrendo um esforço produtivo no sentido de “reunir experiências e conhecer a nossa trajetória cultural dentro do próprio partido”. Para ele, a discussão da questão cultural é essencialmente política, por remeter ao tema da própria identidade e soberania nacionais. “Na verdade é uma questão preponderante neste aspecto”, destacou.

VIDEO

Tuca Siqueira é premiada em Recife

A colaboradora de A Classe Operária vence o 5º Festival de Vídeo de Pernambuco

Uma visão feminina, jovem e crítica do homem pernambucano foi comemorada com dois prêmios no final de 2003: o audiovisual *Homine: Costurando Identidades Urbanas*, projeto de conclusão do curso de Comunicação Social e Jornalismo na UFPe, dirigido por Tuca Siqueira, lançado em Recife em 4 de dezembro, foi o primeiro colocado no júri oficial no 5º Festival de Vídeo de Pernambuco (no dia 11 de dezembro) e venceu também o Prêmio de Fotografia Cristina Tavares.

Homine é um audiovisual que, usando vídeo, fotografia e som, registra e reflete

sobre o comportamento masculino no universo urbano através da história de quatro personagens reais e suas idéias, sonhos, valores e diferenças. A realização do projeto consumiu sete meses de trabalho. O tema foi uma espécie de resposta ao interesse da mídia e das artes pelo comportamento feminino e suas atribuições – a maternidade, a sensibilidade, as conquistas dos últimos tempos e, sobretudo, o corpo da mulher. A proposta de *Homine* é inversa: trata-se de uma mulher a observar o comportamento masculino e a construção de suas identidades dentro do universo urbano. (José Carlos Ruy)



Homine, de Tuca Siqueira

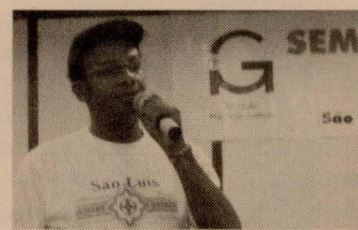
NORTON NASCIMENTO

Um “Zumbi” em briga pela vida

O ator que fez um transplante de coração se recupera de forma espetacular

A recuperação do ator Northon Nascimento, que fez uma participação emocionada no Seminário Nacional da Cultura, e cerca de duas semanas depois foi internado no Hospital Beneficência Portuguesa, em

São Paulo, foi considerada “espetacular e inesperada” pela equipe médica. Internado no dia 15 de dezembro para operar um problema congênito no coração, o ator sofreu hemorragia no pós-operatório e seu estado chegou a ser diagnosticado como gravíssimo. Após sofrer um transplante do órgão no dia 19 de dezembro, no entanto, seu estado se revertiu e sua recuperação total é dada como certa. Paraense, Northon Nascimento ficou



Norton declama Gonzaguinha

conhecido do grande público através de sua participação em novelas e minisséries da TV Globo, como “A Padroeira”, “A Próxima Vítima” e “Fera Ferida”. Entre as minisséries que fez estão “Aquarela do Brasil”, “Chiquinha Gonzaga” e “Agosto”. Interpretou também do guerrilheiro Osvaldão, no filme *Conspiração do Silêncio*, que retrata a Guerrilha do Araguaia, uma atuação que, segundo o ator, mudou sua vida. No Seminário Nacional de Cultura Northon declamou o poema “João do Amor Divino”, de Gonzaguinha, e disse que se considera um “Zumbi, um brasileiro, como tantos outros brasileiros, um profissional do suicídio na arte” (PC).

Os transgênicos e a síndrome do colonizado

O risco é abrir mão de nossa soberania agrícola, alimentar e em biotecnologia

ALDO REBELO*

Está em debate na Câmara dos Deputados o projeto 2.401/03, do Executivo, que reformula a legislação de biossegurança. O tema é polêmico e a proposta pretende encerrar as disputas jurídicas em torno dos OGMs (organismos geneticamente modificados). O impasse legal arrasta-se há anos, desde que duas ONGs (uma delas de origem estrangeira) contestaram na Justiça a decisão da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) de liberar a produção de soja geneticamente modificada.

Não resta dúvida de que os OGMs terão papel destacado no futuro da produção agropecuária. China, Índia e Argentina, além dos EUA, já se beneficiam em larga escala da nova tecnologia. A Europa, que lidera a resistência aos transgênicos, já tomou a decisão estratégica de lutar contra seu próprio atraso em pesquisas com OGMs. Mas o Brasil parece ameaçado por certa paralisia mental, recorrente em nossa história. De tempos em tempos, acomete-nos a síndrome do colonizado, a letargia do dominado. No passado remoto vendiam-nos quinquilharias. No século 20 quiseram nos convencer de que nunca seríamos grandes produtores de petróleo. Volta e meia aparece alguém e diz que nossa busca por autonomia científica e tecnológica é "reinventar a roda".

É urgente libertar as forças produtivas brasileiras, a ciência, a agricultura familiar e o agronegócio das amarras impostas pelo interesse estrangeiro

A conversa mais recente que tentam nos vender é a do "risco zero" em OGMs. Ou seja, só poderíamos pensar em usar transgênicos quando ficasse provado, definitivamente, que eles não têm, em nenhuma circunstância, efeito sobre o homem, os animais, as plantas e o meio ambiente. Ora, até hoje não se encontrou nenhum cultivo, alimento ou

remédio que preenchesse esse requisito (a agricultura convencional é, sabidamente, grande inimiga da biodiversidade). Assim, o resultado prático dessa radical (e interessada) interpretação do correto princípio da precaução seria bem previsível: um belo dia acordaríamos para descobrir que havíamos perdido o bonde da história. Perceberíamos que tínhamos entregado a empresas multinacionais e a outros países nosso destino em biotecnologia e nossa soberania agrícola e alimentar. Notaríamos, tardiamente, que um crime de lesa-pátria fora cometido contra o Brasil. Estaríamos condenados a pagar royalties, por longos anos, aos detentores estrangeiros das patentes e do conhecimento.

Felizmente, entretanto, o cenário mais provável para o futuro não é esse. O presidente da República assumiu a responsabilidade, ao enviar ao Congresso um projeto de lei entre cujos objetivos está colocar o Brasil na linha de frente da pesquisa científica em

OGMs, com normas que garantam a defesa da saúde e do meio ambiente, como aliás determina o artigo 225 da Constituição. A proposta nasceu de amplo debate interno no governo e agora está em exame na comissão especial da Câmara.

Cabe ao Legislativo o patriótico papel de aperfeiçoar o projeto e aprová-lo o mais rápido possível. É urgente libertar as forças produtivas brasileiras, a ciência, a agricultura familiar e o agronegócio das amarras impostas pelo interesse estrangeiro. Como relator, tenho procurado ouvir todos os setores envolvidos. Tenho também amadurecido alguns princípios, que irei incorporar ao substitutivo na comissão especial. Aproveito para levá-los ao conhecimento e à crítica da sociedade. Penso que:

- garantidas as normas de segurança internacionalmente aceitas para OGMs, é preciso libertar a pesquisa científica de injustificados constrangimentos burocráticos e da proliferação sem fundamento de dificuldades a ela impostas;
- a CTNBio deve ser o órgão responsável e soberano para autorizar e controlar pesquisas com OGMs. Suas decisões nesse âmbito devem vincular os órgãos da administração com atribuições fiscalizatórias;
- a sociedade civil deve estar representada na CTNBio;
- a análise de risco de OGMs deve ser feita caso a caso;
- o uso comercial de OGMs e seus derivados deve ser autorizado, ou não, pelo CNBS (Conselho Nacional de Biossegurança). Esse

fórum governamental decidirá unicamente com base no interesse nacional e em critérios de conveniência e oportunidade socioeconômicas (já que a esfera técnica, da biossegurança, será atribuição da CTNBio); todos os setores da administração com atribuições relacionadas a OGMs devem ser amplamente consultados pelo CNBS antes das decisões deste;

- a comercialização de OGMs deve gerar recursos para um fundo de apoio à pesquisa biotecnológica e de engenharia genética, voltada para os produtos típicos da agricultura familiar e da cesta básica dos brasileiros;
- devem ser removidos obstáculos legais a pesquisas com células-tronco;
- o consumidor tem direito de saber se um produto tem um OGM ou derivado;
- a lei e seus regulamentos devem estipular prazos claros a serem cumpridos pelas autoridades na tramitação de processos relativos a OGMs e derivados;
- é preciso eliminar os conflitos e as ambiguidades da legislação, particularmente entre as leis ambientais e a de biossegurança, que levaram o assunto a estacionar na Justiça nos últimos anos; são válidas as decisões já adotadas pela CTNBio.

(A versão original deste artigo foi publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, na seção Tendências e debates, em 8/1/2004)

*deputado federal (PCdoB/SP), líder do Governo Lula na Câmara e relator do Projeto de Lei da Biossegurança

CONTROVÉRSIA

Ciência, e não preconceitos

É preciso levar em conta a saúde, o meio ambiente, a ciência e a soberania nacional

A controvérsia sobre os transgênicos envolve questões de natureza científica e legal e é embalada, muitas vezes, por argumentos de militantes ambientalistas e de defesa do consumidor que, confundindo o monopólio econômico das multinacionais que dominam a área com o temor de danos à saúde humana e ao meio ambiente, acham que o melhor caminho é simplesmente voltar as costas à ciência, postura implícita na palavra de ordem "por um Brasil livre dos transgênicos".

A questão não é simples, como ficou claro no seminário "Transgênicos: meio ambiente, soberania, ciência e saúde", promovido em dezembro, na Câmara dos Deputados, pelas lideranças do PCdoB e do PSB.

A questão surgiu na década de 1990. Em 1995, a Lei de Biossegurança determinou a criação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, efetivada em 1996, para avaliar tecnicamente e licenciar a pesquisa e o plantio experimental ou comercial de transgênicos, podendo pedir ou não Estudos de Impacto Ambiental (EIA-Rima) para a liberação de um produto. Emitindo pareceres conclusivos, tinha a última palavra sobre o assunto.

Em 1999, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e a ONG ambientalista internacional Greenpeace contestaram na justiça brasileira as atribuições da CTNBio e

conseguiram uma liminar contra o plantio comercial de sementes de soja transgênica produzidas pela norte-americana Monsanto, um dos maiores monopólios mundiais do agronegócio. A liminar suspendia a liberação pela CNTBio em 1998, desse plantio sem exigir a realização do EIA-Rima no Brasil, mas apoiando-se em estudos feitos nos EUA pela própria Monsanto.

Uma decisão contestável. Como lembrou a bióloga Maria Alice Garcia, da Unicamp, as análises de impacto ambiental precisam ser feitas no Brasil, levando em conta nossa megabiodiversidade, a necessidade de dados para cada produto diferenciado e a "representação dos diferentes solos que temos, em diferentes regiões, o impacto sobre a fauna, sobre a flora, sobre a microbiota do solo".

Criou-se, desde então, uma batalha judicial entre o Idec e o Greenpeace; e o Ministério do Meio Ambiente, de um lado, contra o Ministério da Agricultura, a Advocacia Geral da União e a Monsanto, de outro. A lei brasileira, de 1995, e as medidas tomadas pelo governo Lula (mesmo a licença para a

comercialização da soja transgênica colhida em 2003 e para o plantio em 2004) se baseiam no princípio de precaução, que reconhece o risco inerente desta tecnologia e determina a análise dos eventos caso a caso. Além do Brasil, países europeus e outros se guiam por esse princípio para tratar os transgênicos, contra EUA, Canadá e Argentina, onde são avaliados os produtos finais, seus riscos e composição, e não o processo de sua produção. É uma posição correta: a decisão sobre os transgênicos não é apenas econômica. Ela é política, e precisa resguardar a saúde, o meio ambiente, e salvaguardar a soberania nacional. E o melhor caminho para isso é aquele indicado pela ciência, e não pelos preconceitos. (José Carlos Ruy)

BOLETO DE ASSINATURA

R\$ 20,00
12 edições

JORNAL

A Classe Operária
Órgão central do Partido Comunista do Brasil - Fundado em 1º/MAIO/1925

PCdoB
Proletários de todos os países, uni-vos!

FORMAS DE PAGAMENTO

Cheque nominal

Dinheiro

Cartão de crédito C D V A

Nº.: _____

Validade: ____/____ (MÊS/ANO)

Vale postal nº. _____

Depósito em conta corrente
Banco Itaú Ag. 0251 C/C 48676-7

Enviar comprovante de pagamento por fax ou e-mail

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Cidade: _____ UF: _____

Tel. res.: (____) _____ com.: (____) _____

E-mail: _____

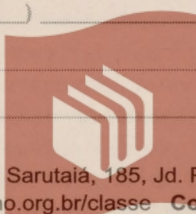
Profissão: _____

Data de nasc.: ____/____/____

EMPRESA JORNALÍSTICA A CLASSE OPERÁRIA: End.: Al. Sarutaia, 185, Jd. Paulista, São Paulo, SP, Brasil - CEP 01403-010
Tel/Fax.: (11) 3054-1829 - End. eletrônico: www.vermelho.org.br/classe Correo eletrônico: assinatura@pcdob.org.br

Ed. final nº.: _____

Edição inicial nº.: _____



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

MEMÓRIA

Clóvis Moura — historiador, sociólogo ...e poeta

O historiador comunista deixou uma extensa obra, onde os estudos de história e sociologia fazem sombra a uma elaboração poética notável

JOSÉ CARLOS RUY

Jornalista, escritor, poeta, Clóvis Moura ficou conhecido entre os comunistas como historiador e sociólogo, estudioso da escravidão e das lutas dos escravos e como combatente anti-racista. Um intelectual raro, que unia pensamento e ação; militante comunista, pensador revolucionário, foi um lutador das causas do povo, dos operários, camponeses, negros e índios; de todos aqueles que, nas camadas pobres da população, são vítimas históricas da opressão de classe e do domínio antes colonialista, e depois imperialista. Clóvis, cuja vida foi interrompida em SP por um câncer no dia 23 de dezembro, aos 78 anos de idade, deixou uma obra historiográfica extensa, que escondia sua pouco conhecida atividade de poeta.

Sua indignação traduziu-se em pesquisa histórica e social, e em teoria. E em livros

Canção melancólica

Nasci coberto de lutas.
Minha mãe sentenciou:
Vai ser poeta das ruas,
E o vaticínio acertou.
Por isto, nas praças públicas
Meu verso se faz fumaça,
ama o silêncio, a penumbra
que os cadáveres fabricam
ou o riso emurchecido
dos vagabundos notívagos.
Dentro da noite navego
No meu barco sem comando
Enquanto o mundo transita
Em um mar feito de gritos.
Solto nuvens sonolentas
Com meu verso de fumaça:
Que importa se ele naufraga
Se sou poeta que passa?
A Santa me olha solene:
Será saudade ou tristeza?
Fico perdido na dúvida
E me duplico: incerteza.

Por isto é que sou poeta
Pois a mãe sentenciou:
Não caminho em linha reta
E fujo do que já sou.

(Do livro *Manequins Corcundas*, 1977)

como *Rebeliões da Senzala* (publicado originalmente em 1959, e depois várias vezes reeditado), *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha* (1964), *O negro, de bom escravo a mau cidadão?* (1977), *Sociologia do Negro Brasileiro* (1988), *Dialética radical do Brasil Negro* (1994), entre tantos outros. Clóvis ajudou a renovar a compreensão das relações de classe no Brasil e a desvendar o papel do racismo, em sua forma propriamente brasileira, e das relações de dominação herdadas do passado escravista, naquilo que há de específico em nossa formação histórico social. Ajudou a iluminar a confluência destas duas dimensões — classe e etnia — em nossas contradições sociais e na forma como a dominação de classe ocorre em nosso país.

Depois de Rebeliões da Senzala (principalmente da edição, ampliada, de 1972), ficou impossível não reconhecer a continuidade entre a luta dos escravos, no passado, e dos operários e demais trabalhadores, no presente. Continuidade que constituiu a história mais profunda de nosso povo, marcada pelo fio vermelho do sangue derramado nos confrontos ocorridos ao longo dos séculos, em defesa da liberdade, e contra a dominação estrangeira, contra a escravidão, o latifúndio, a oligarquia e as forças da reação.

Esta é a faceta mais conhecida da obra de Clóvis Moura. Mas há outra, que também merece ser lembrada e conhecida. Jornalista comunista, nas décadas de 1940 e 1950, Clóvis era mais conhecido então como poeta do que como historiador ou cientista social. Poeta sensível, cuja "grande força verbal" foi reconhecida pelo próprio Carlos Drummond de Andrade (em comentário do começo da década de 1960), Clóvis gravou na poesia

Anti-Pilatós

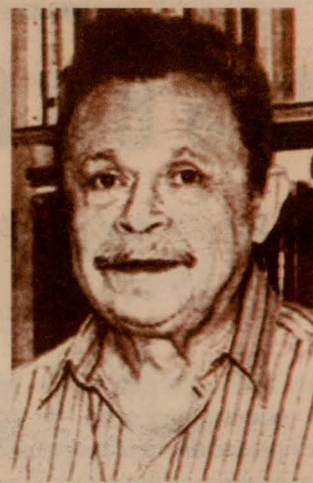
Não lavarei minhas mãos
Com água doce ou salgada.
Tenho as mãos para outras coisas,
Não as desejo lavadas.
Minhas mãos podem estar sujas
De terra, barro e azeite:
São vestígios das ações
Num mundo de boca amarga.
Não sou Pilatós. Prefiro
Errar, porém no meu erro
Mostrar que penso na ação.
As mãos são fios nervosos,
Conduzidos do coração.

São antenas dirigidas
Ao sol que brilha no céu.
As mãos sujas e calosas
Marcham juntas, são milhões,
Milhões de mãos que desejam
Se irmanarem ao coração.

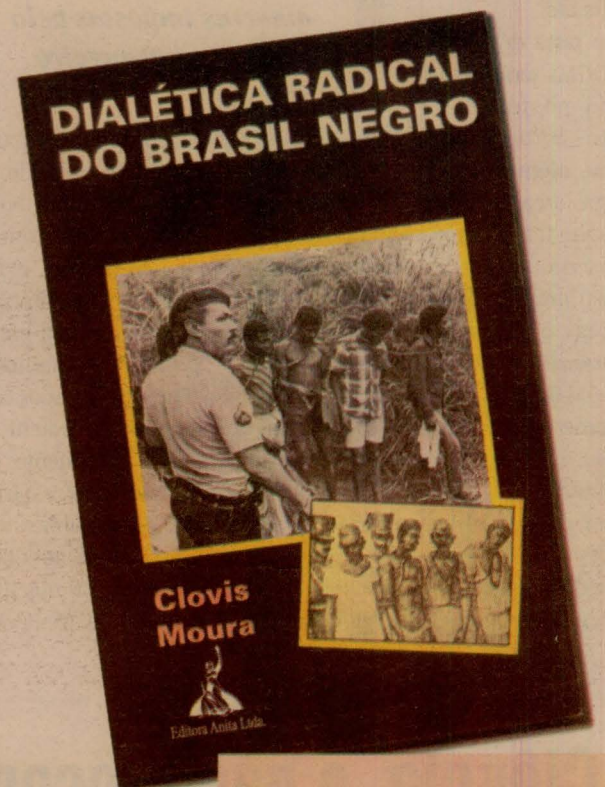
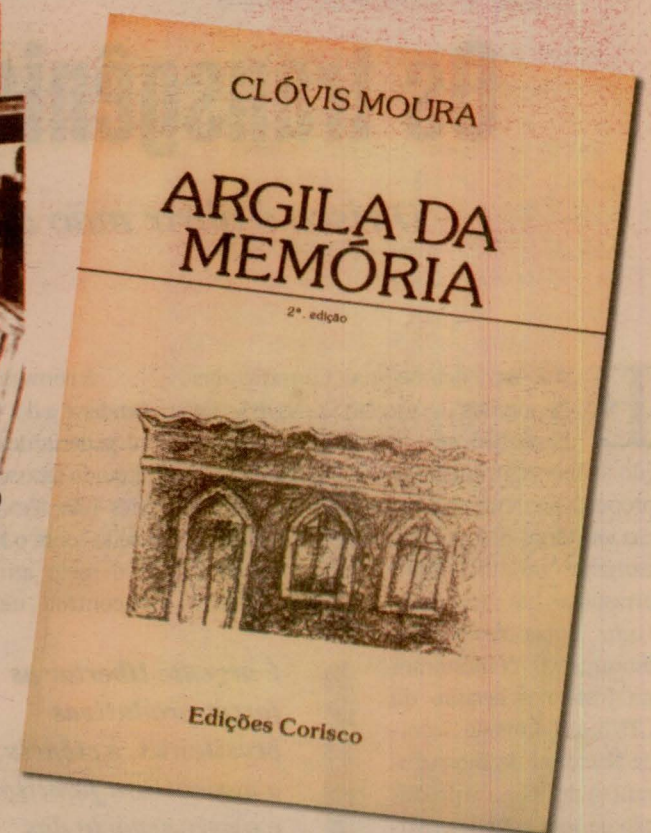
Não lavarei minhas mãos
Em bacia de platina:
Quero-as sujas, mas presentes
Na hora que se aproxima.

(Do livro *Manequins Corcundas*, 1977)

moderna. Não foi panfletário, mas poeta reflexivo, que não fez da sua poesia um panfleto. Entre os livros que deixou, vários são de poesia: *Espantalbo da feira*, o primeiro, de 1962; depois vieram *Argila da memória* e *Âncora no Planalto* (ambos de 1964); *Manequins corcundas* (1977) e *Flauta de argila* (1992), além de deixar inédito *Verbo pretérito e presente*.



Clóvis Moura (1925-2003)



Desafio à geografia

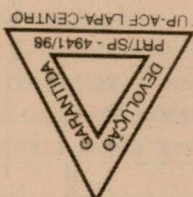
Uma cidade. Apenas. Como jorro de sangue na epiderme ela circula na memória: num trânsito invisível que escreve florações de desalentos.

Pequena, sem colégio eleitoral ponderável. Plebéia. Mastigando o seu parco suor de camponesa desalentada ao sol que a ilumina.

E maltrata. Não há matéria prima para indústrias. Apenas, quando é safra, colhe-se um pouco de arroz. Somente.

Vive de raiva: girassol que escreve a trajetória de um teimoso empenho e violenta as leis da geografia.

(Do livro *Argila da memória*, 1964)



CDM
Fundação Maurício Grabois
EMPRESA JORNALÍSTICA FUNDADA EM 1925
PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES UNI-VOS!
TEL.: (11) 3054 1800
ALAMEDA SARUTAIA, 185 - JARDIM PAULISTA,
CEP 01403-010 - SÃO PAULO - SP

IMPRESSO